continuação

Telefônica Brasil S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 – NIRE: 35.3.0015881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os custos de transação associados a 5ª emissão, cujo montante em 31 de dezembro de 2020 eram de R$1.376 (R$2.550 em 31 de dezembro de 2019, 5ª e 6ª emissões), foram apropriados em conta redutora do passivo como custos a incorrer e estão sendo reconhecidos como despesas financeiras, conforme os prazos contratuais desta emissão.

b.4) Arrendamentos

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados.

Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

A Companhia e suas controladas possuem contratos classificados como arrendamentos na condição arrendatária, referentes a: (i) aluguel de estruturas (torres e *rooftops*), decorrentes de operações de venda e *leaseback*; (ii) aluguel de sites construídos na modalidade *Built to Suit* ("BTS") para instalação de antenas e outros equipamentos e meios de transmissão; (iii) aluguel de equipamentos de informática; (iv) aluguel de infraestrutura e meios de transmissão; escritórios, lojas e imóveis comerciais. O valor contábil dos ativos mencionados foi mantido inalterado até o momento da venda, sendo reconhecido um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato.

A seguir, apresentamos os saldos dos montantes de arrendamentos a pagar.

	Consolidado	
	31.12.20	31.12.19
Valor nominal a pagar	13.526.001	10.932.789
Despesa financeira não realizada	(2.707.223)	(1.741.638)
Valor presente a pagar (1)	10.818.778	9.191.151
Circulante	2.262.043	2.029.265
Não circulante	8.556.735	7.161.886

(1) Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, incluíam os montantes de R$1.470.508 e R$480.381, referente a contratos de arrendamentos com empresas do Grupo Telefônica (nota 28).

A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar dos arrendamentos em 31 de dezembro de 2020.

	Consolidado
2021	2.262.043
2022	2.270.112
2023	2.118.655
2024	1.551.657
2025	925.972
2026 em diante	1.690.339
Total	10.818.778

A taxa média anual ponderada dos contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2020 é de 7,69%, com prazo médio de vencimento de 6,15 anos.

O valor presente dos contratos de arrendamento é mensurado descontando os fluxos de pagamentos futuros fixos, os quais não incluem a inflação projetada, pelas taxas de juros de mercado, estimadas com *spread* de risco intrínseco da Companhia.

As curvas de desconto utilizadas são construídas com base em dados observáveis. As taxas de juros de mercado são extraídas da B3 e o *spread* de risco da Companhia é estimado a partir de títulos de dívida emitidos por empresas com grau de risco comparável. Dessa forma, a curva final de desconto reflete de forma fidedigna a taxa de juros incremental de empréstimo da Companhia.

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

b.5) Contraprestação contingente

Como parte do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças assinado entre a Companhia e a Vivendi para a aquisição de totalidade das ações de emissão da GVTPart., foi acordada uma contraprestação contingente relativa ao depósito judicial efetuado pela GVT pelas parcelas mensais do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a amortização do ágio, decorrente do processo de reestruturação societária concluído pela GVT em 2013. Em caso de êxito em se levantar (reembolsar, restituir, compensar) este recurso, ele seria devolvido à Vivendi, desde que seja decorrente de uma decisão não apelável (trânsito em julgado). O prazo para essa devolução era de até 15 anos e esta montante estava sujeito à atualização monetária mensalmente, utilizando o índice SELIC.

Em 13 de julho de 2020, a 2ª Vara da Justiça Federal de Maringá - PR, proferiu despacho determinando a transferência para a Companhia do depósito judicial efetuado pela antiga GVT, referente ao aproveitamento fiscal de ágio gerado em operações de incorporação de controladas.

Em decorrência da decisão mencionada acima, em setembro de 2020, a Companhia resgatou o depósito judicial e efetuou o pagamento à Vivendi do montante de R$343.794, atualizado monetariamente, líquido dos custos, despesas e tributos incorridos, diretamente atribuíveis ao reembolso de tal valor.

c) Cronograma de pagamentos

A seguir, apresentamos a composição por ano de vencimento dos montantes não circulantes de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos em 31 de dezembro de 2020.

	Consolidado			
Ano	Empréstimos e financiamentos - instituições financeiras	Debêntures	Arrendamentos	Total
2022	47	999.908	2.270.112	3.270.067
2023	4	-	2.118.655	2.118.659
2024	-	-	1.551.657	1.551.657
2025	-	-	925.972	925.972
2026 em diante	-	-	1.690.339	1.690.339
Total	51	999.908	8.556.735	9.556.694

d) Cláusulas restritivas

Os financiamentos contratados junto a instituições financeiras e as debêntures possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições listadas no item a) desta nota, é caracterizada por descumprimento de *covenants* (apurados trimestralmente, semestralmente ou anualmente), descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 todos os índices econômicos e financeiros previstos nos contratos vigentes foram atingidos.

e) Movimentações

A seguir, apresentamos a movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos e contraprestação contingente.

	Consolidado					
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamentos	Financiamento - fornecedores	Contraprestação contingente	Total
Saldo em 31.12.18	1.582.570	3.173.910	393.027	524.244	465.686	6.139.437
Adoção inicial da IFRS 16 em 01.01.19	-	-	8.618.072	-	-	8.618.072
Ingressos	-	-	1.803.941	967.313	-	2.771.254
Subvenção governamental (nota 21)	15.787	-	-	-	-	15.787
Encargos financeiros (nota 27)	111.013	197.386	457.985	45.940	18.362	830.686
Custos de emissão	-	1.400	-	-	-	1.400
Variação cambial (nota 27)	(1.104)	-	-	-	-	(1.104)
Baixas (cancelamento de contratos)	-	-	(107.213)	-	-	(107.213)
Baixas (pagamentos)	(1.659.416)	(268.346)	(1.974.661)	(541.223)	-	(4.443.646)
Saldo em 31.12.19	48.850	3.104.350	9.191.151	996.274	484.048	13.824.673
Ingressos	-	-	4.828.542	370.538	-	5.199.080
Encargos financeiros (nota 27)	1.879	87.635	526.127	26.620	6.555	648.816
Custos de emissão	-	1.376	-	-	-	1.376
Custos incorridos	-	-	-	-	(40.708)	(40.708)
Baixas (cancelamento de contratos)	-	-	(315.291)	-	-	(315.291)
Baixas (pagamentos)	(50.617)	(1.148.785)	(3.411.751)	(1.017.732)	(449.895)	(6.078.780)
Saldo em 31.12.20	112	2.044.576	10.818.778	375.700	-	13.239.166

f) Ingressos e pagamentos

A seguir, apresentamos um resumo dos ingressos e pagamentos ocorridos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

	Consolidado							
	31.12.20				31.12.19			
		Pagamentos				Pagamentos		
	Captações	Principal	Encargos	Total	Captações	Principal	Encargos	Total
Empréstimos - Instituições financeiras	-	(48.645)	(1.972)	(50.617)	-	(1.564.258)	(95.158)	(1.659.416)
BNDES / PSI	-	(8.849)	(111)	(8.960)	-	(1.549.335)	(91.939)	(1.641.274)
BNB	-	(39.796)	(1.861)	(41.657)	-	(14.923)	(3.219)	(18.142)
Debêntures	-	(1.025.583)	(123.202)	(1.148.785)	-	(66.930)	(201.416)	(268.346)
1ª emissão - Minas Comunica	-	(25.583)	(1.995)	(27.578)	-	(25.583)	(1.761)	(27.344)
4ª emissão	-	-	-	-	-	(41.247)	(1.650)	(42.897)
5ª emissão	-	-	(88.819)	(88.819)	-	-	(135.242)	(135.242)
6ª emissão	-	(1.000.000)	(32.388)	(1.032.388)	-	-	(62.863)	(62.863)
Financiamentos - Fornecedores	370.538	(970.029)	(47.703)	(1.017.732)	967.313	(506.407)	(34.816)	(541.223)
Contraprestação contingente	-	(344.217)	(105.678)	(449.895)	-	-	-	-
Arrendamentos (1)	4.828.542	(2.909.214)	(502.537)	(3.411.751)	10.422.013	(1.559.165)	(415.496)	(1.974.661)
Total	5.199.080	(5.297.688)	(781.092)	(6.078.780)	11.389.326	(3.696.660)	(746.986)	(4.443.646)

(1) Os ingressos do exercício de 2019 incluem o montante de adoção inicial da IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019.

21. RECEITAS DIFERIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Passivos contratuais (contratos com clientes) (1)	529.099	499.035	529.179	499.035
Alienação de ativos imobilizados (2)	107.367	94.383	107.367	94.383
Subvenções governamentais (3)	50.474	61.613	50.474	61.613
Outras	59.125	59.379	59.224	63.051
Total	746.065	714.410	746.244	718.082
Circulante	506.778	506.181	506.805	506.181
Não circulante	239.287	208.229	239.438	211.901

(1) Refere-se ao saldo dos passivos contratuais de clientes, sendo diferido na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que estão satisfeitas ao longo do tempo.

(2) Inclui os saldos líquidos dos valores residuais da alienação de estruturas (torres e *rooftops*) não estratégicas, que são transferidos ao resultado quando do cumprimento das condições para reconhecimento contábil.

(3) Refere-se aos valores de: (i) subvenção decorrente de recursos obtidos de linha de financiamento, utilizados para a aquisição de equipamentos nacionais, que estão sendo amortizados pelos prazos de vida útil dos equipamentos e; (ii) subvenções decorrentes de projetos relativos a tributos estaduais, que estão sendo amortizados pelos prazos contratuais.

O valor estimado pela Companhia como recebido pelos colaboradores referentes ao benefício emergencial pago diretamente aos colaboradores, pela União (MP nº 936), no montante de R$34.590, referente aos meses de maio a dezembro de 2020, foi deduzido dos custos e despesas com pessoal (Nota 25).

A seguir, apresentamos as movimentações dos passivos contratuais (contratos com clientes), principalmente relativos à venda de créditos de pré-pagos, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

	Consolidado
Saldos em 31.12.18	532.207
Altas	6.762.607
Baixas	(6.795.779)
Saldos em 31.12.19	499.035
Altas	6.901.785
Baixas	(6.871.641)
Saldos em 31.12.20	529.179
Circulante	479.728
Não circulante	49.451

A seguir, apresentamos os prazos esperados para a realização dos passivos contratuais.

Ano	Consolidado
2021	479.728
2022	15.824
2023	3.499
2024	8.089
2025	8.089
2026 em diante	13.950
Total	529.179

22. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego (nota 30)	948.862	1.150.601	954.581	1.155.067
Obrigações com a ANATEL (1)	523.606	300.119	523.606	300.119
Retenções de terceiros (2)	215.873	219.323	219.169	222.056
Valores a restituir a clientes	43.991	44.231	44.973	43.794
Obrigações com partes relacionadas (nota 28)	21.718	21.789	33.831	30.114
Outras obrigações	47.657	36.165	48.646	36.781
Total	1.801.707	1.772.228	1.824.806	1.787.931
Circulante	389.103	353.635	406.831	365.192
Não circulante	1.412.604	1.418.593	1.417.975	1.422.739

(1) Inclui montantes referentes ao ônus para a renovação das licenças do STFC e SMP e a prorrogação de autorização de direito de uso de radiofrequências para a exploração do SMP no Estado do Rio de Janeiro, concedida pela ANATEL em 29 de novembro de 2020 (notas 1.b e 12).

(2) Refere-se às retenções sobre folha de pagamento e de tributos retidos na fonte sobre juros sobre o capital próprio e sobre prestação de serviços.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

a.1) Conversão das ações preferenciais para ações ordinárias

Na Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Companhia, realizada em 1º de outubro de 2020, foram aprovados: (i) a conversão da totalidade das 1.119.340.706 (um bilhão, cento e dezenove milhões, trezentas e quarenta mil, setecentas e seis) ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, na proporção de 1 (uma) ação ordinária para cada 1 (uma) ação preferencial conversível, com extinção das ações preferenciais ("Conversão"); (ii) a alteração e/ou exclusão do artigo 4º, caput e parágrafos, artigo 5º, caput, artigo 7º, caput e parágrafo único, artigo 9º, caput e parágrafo único, artigo 10, caput e incisos (i), (ii) e (iii) e artigo 14, caput, do Estatuto Social da Companhia; e (iii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia.

Ainda, em 1º de outubro de 2020, a AGESP ratificou: (i) a Conversão; e (ii) a alteração do artigo, 9º, caput e parágrafo único, do Estatuto Social da Companhia, nos termos do artigo 136, parágrafo primeiro, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.").

Nos termos dos artigos 136, inciso II e 137, inciso I, da Lei das S.A., em vista da ratificação da Conversão pela AGESP, os acionistas titulares de ações preferenciais de emissão da Companhia que: (i) dissentiram da deliberação tomada na AGESP; (ii) se abstiveram de votar na deliberação tomada na AGESP; ou (iii) não compareceram à AGESP, tiveram o direito de se retirar da Companhia, mediante o reembolso do valor, de todas ou da parcela de suas ações, resalvado o disposto no artigo 137, parágrafo terceiro, da Lei das S.A. Considerando que a publicação das atas ocorreu em 2 de outubro de 2020, e que o próximo dia útil subsequente foi 5 de outubro de 2020, o prazo de 30 (trinta) dias para o exercício do direito de recesso iniciou-se em 5 de outubro de 2020 (inclusive) e encerrou-se em 3 de novembro de 2020 (inclusive).

Puderam exercer o direito de recesso os acionistas que, comprovadamente, eram titulares, de forma ininterrupta, de ações de emissão da Companhia desde 9 de março de 2020 (inclusive), data da divulgação do Fato Relevante que tratou inicialmente da Conversão, até a data do exercício do efetivo direito.

continua

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 24 de fevereiro de 2021 às 00:42:16

Certifico o registro sob o nº 138.172/21-3 em 12/03/2021 da empresa TELEFONICA BRASIL S.A., NIRE nº 35300158814, protocolado sob o nº 0191826212. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/03/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 149638915. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/125650604216525474027

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 125650604216525474027-13
Data: 06/04/2021 08:59:35
Valor Total do Ato: R$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALI65621-QCDM;
CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular
TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em terça-feira, 6 de abril de 2021 09:03:04 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

continuação

Telefônica

Telefônica Brasil S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O valor do reembolso por ação preferencial pago em virtude do exercício do direito de recesso, foi apurado com base (i) no patrimônio líquido da Companhia constante das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, devidamente aprovado pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 28 de maio de 2020 ("AGO"); e (ii) no número de ações ordinárias e preferenciais, excluídas as ações em tesouraria, correspondeu a R$41,72 (quarenta e um reais e setenta e dois centavos) por ação. Do valor de reembolso por ação foi deduzido o valor equivalente ao montante dos dividendos complementares declarados pela Companhia na AGO, uma vez que o valor dos dividendos declarados compunha a conta de lucros e, portanto, o valor patrimonial por ação em 31 de dezembro de 2019. Considerando-se que o capital social da Companhia encontrava-se dividido em 1.688.693.776 (um bilhão, seiscentos e oitenta e oito milhões, seiscentas e noventa e três mil, setecentas e setenta e seis) ações (somadas as ações ordinárias e preferenciais e excluídas as ações em tesouraria), o valor de reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes, correspondeu ao valor de patrimônio líquido ajustado, foi de R$40,38 (quarenta reais e trinta e oito centavos) por ação preferencial. Sobre o valor do reembolso, não houve qualquer tipo de correção monetária ou ajuste sobre este valor, bem como foram desconsideradas eventuais frações de centavos.

Em decorrência do direito de recesso da Conversão descrita acima, em 19 de novembro de 2020, a Companhia efetuou o pagamento de R$32 aos acionistas que exerceram o direito de recesso, representando 805 ações preferenciais.

Em 23 de novembro de 2020, a Companhia emitiu um fato relevante, comunicando aos seus acionistas e ao mercado em geral que, a partir desta data: (i) as ações preferenciais de emissão da Companhia deixarão de ser negociadas, em virtude da conversão da totalidade das ações preferenciais em ações ordinárias; e (ii) serão negociadas apenas ações ordinárias de sua emissão, sob o *ticker* "VIVT3". Com a conclusão da referida conversão de ações, a Companhia deu prosseguimento à conversão do programa de *American Depositary Receipt* (ADR) registrado perante a *Securities and Exchange Commission* ("SEC"), sendo esperado que, a partir desta data, a Bolsa de Valores de Nova Iorque ("NYSE") suspenda a negociação de ADRs lastreadas em ações preferenciais e inicie a negociação de ADRs lastreadas em ações ordinárias no formato "*when issued*" sob o *ticker* "VIV WI" e, a partir de 30 de novembro de 2020, no formato "*regular way*", sob o *ticker* "VIV".

Para a efetiva implementação da conversão das ações, foi celebrado acordo de voto entre as acionistas Telefónica S.A., Telefónica Latinoamérica Holding, S.L., SP Telecomunicações Participações Ltda. e, na qualidade de interveniente-anuente, a Companhia, a fim de cumprir com o quanto disposto nos itens a.1 e a.2 do Acórdão ANATEL nº 430, de 11 de agosto de 2020.

a.2) Capital social

Segundo o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 1.850.000.000 ações ordinárias. O Conselho de Administração é o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado.

A Lei das Sociedades Anônimas - Lei nº 6.404/76, artigo 166, inciso IV ("Lei das S.A.") estabelece que o capital social pode ser aumentado por deliberação da AGE convocada para decidir sobre a reforma do Estatuto Social, caso a autorização para o aumento esteja esgotada.

Os acionistas terão direito de preferência para subscrição de aumento de capital, na proporção do número de ações que possuírem. Por deliberação do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em Bolsa de Valores ou subscrição pública, permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos artigos 257 e 253 da Lei das S.A., bem como, gozo de incentivos fiscais, nos termos de legislação especial, conforme faculta o artigo 172 da Lei das S.A..

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 e 2019 era de R$63.571.416.

Após os processos de: (i) conversão das ações preferenciais em ações ordinárias; (ii) programa de recompra de ações; e (iii) exercício do direito de dissidência da conversão das ações preferenciais em ações ordinárias, em 31 de dezembro de 2020 o capital passou a ser representado por ações, todas ordinárias, escriturais e sem valor nominal, assim distribuído:

Acionistas	Total - Quantidade	Total - %
Grupo Controlador	**1.244.241.119**	**73,58%**
Telefónica Latinoamérica Holding	407.279.213	24,09%
Telefonica	503.329.803	29,77%
SP Telecomunicações Participações	332.695.590	19,67%
Telefónica Chile	936.513	0,05%
Outros acionistas	**443.933.052**	**26,25%**
Ações em tesouraria	**2.810.752**	**0,17%**
Total de ações emitidas	**1.690.984.923**	**100,00%**
Ações em tesouraria	(2.810.752)	
Total de ações em circulação	**1.688.174.171**	

b) Reservas de capital

b.1) Reserva especial de ágio

Representa o benefício fiscal gerado pela incorporação da Telefônica Data do Brasil Ltda. que será capitalizado em favor do acionista controlador (SP Telecomunicações Participações) após a realização do crédito fiscal, nos termos da Instrução CVM nº 319/99.

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2020 e 2019 era de R$63.074.

b.2) Outras reservas de capital

A seguir, apresentamos a composição das outras reservas de capital da Companhia.

	Consolidado 31.12.20	Consolidado 31.12.19
Excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico da ação na data de emissão (1)	2.735.930	2.735.930
Cancelamento de ações - AGE de 12/03/15 (2)	(112.107)	(112.107)
Custos diretos de aumentos de capital (3)	(62.433)	(62.433)
Incorporação de ações da GVTPart. (4)	(1.188.707)	(1.188.707)
Efeitos das aquisições da Lemontree e GTR pela Companhia e TGLog pela TData (5)	(75.388)	(75.388)
Efeitos da cotação das ações pela transferência de ações referente a processo judicial (6)	2	2
Efeitos da aquisição do Terra Networks pela TData (7)	(59.029)	(59.029)
Efeitos da aquisição da TIS pela Terra Networks (8)	(48.135)	(48.135)
Efeitos da aquisição e alienação da CyberCo Brasil, (9)	39.521	-
Outros movimentos	76	76
Total	**1.229.730**	**1.190.209**

(1) Refere-se ao excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico da ação na data de emissão.
(2) Refere-se ao cancelamento de 2.332.686 ações de emissão da Companhia, mantidas em tesouraria, aprovado pela AGE de 12 de março de 2015.
(3) Refere-se aos custos diretos (líquidos de tributos) dos aumentos de capital da Companhia ocorridos em 28 de abril de 2015 e 30 de abril de 2015, decorrentes da Oferta Primária de Ações.
(4) Refere-se a diferença entre o valor econômico da incorporação das ações da GVTPart. e o valor de mercado das ações, emitidas na data de fechamento da transação.
(5) Refere-se aos efeitos das transações de aquisição de ações de acionistas não controladores que, com a adoção do IFRS 10/CPCs 35 e 36 passaram a ser registrados no patrimônio líquido quando não houver alteração no controle acionário.
(6) Refere-se aos efeitos das cotações das ações nas baixas pela transferência de 62 ações preferenciais em tesouraria para ações em circulação pelo cumprimento de decisões de processos judiciais no qual a Companhia está envolvida que versa sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação a planos de expansão da rede após 1996.
(7) Refere-se aos efeitos pela aquisição do Terra Networks pela TData, referente à diferença entre a contraprestação dada em troca da participação societária obtida e o valor dos ativos líquidos adquiridos.
(8) Refere-se aos efeitos pela aquisição da TIS pela Terra Networks, referente à diferença entre a contraprestação dada em troca da participação societária obtida e o valor dos ativos líquidos adquiridos (nota 1.c).
(9) Refere-se aos efeitos na Companhia e em controlada, pela aquisição e alienação da CyberCo Brasil, referente à diferença entre a contraprestação recebida em troca da participação societária alienada (nota 1.c).

b.3) Ações em tesouraria

São instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos e reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração dos resultados na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

Representam as ações da Companhia mantidas em tesouraria, cujo saldo é resultante (i) do exercício do direito de recesso dos acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia que manifestaram a sua dissidência com relação à aquisição da GVTPart.; (ii) do exercício do direito de recesso dos acionistas titulares de ações preferenciais da Companhia que manifestaram a sua dissidência do processo de conversão das ações preferenciais em ordinárias da Companhia; (iii) das aquisições de ações preferenciais no mercado financeiro de acordo com o Programa de Recompra de Ações; e (iv) das transferências de ações preferenciais, referente ao cumprimento de decisões de processos judiciais no qual a Companhia está envolvida que versa sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação a planos de expansão da rede após 1996.

Durante o exercício de 2020, houve aquisições de ações preferencias 519.605 ações, sendo 232.805 ações preferenciais e 286.800 ações ordinárias, no montante total de R$22.721, decorrente do direito de recesso na conversão das ações preferenciais para ações ordinárias e pelo Programa de Recompra de Ações de Própria Emissão da Companhia.

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2020 era de R$110.541, composto por 2.810.752 ações ordinárias (R$87.820 em 31 de dezembro de 2019, composto por 2.290.164 ações ordinárias e 983 ações preferenciais).

c) Reservas de lucro

c.1) Reserva legal

Esta reserva é constituída obrigatoriamente pela Companhia à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social e para compensar prejuízos acumulados.

c.2) Reserva para expansão e modernização

Esta reserva é constituída com base no orçamento de capital, que tem o objetivo de garantir a expansão da capacidade de rede para atender à crescente demanda da Companhia e garantir a qualidade na prestação dos serviços. Em conformidade com o artigo nº 196 da Lei nº 6.404/76, o orçamento de capital é submetido para a apreciação e aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas ("AGO"). Em 28 de maio de 2020, a AGO da Companhia aprovou a destinação do resultado do exercício de 2019, incluindo a reversão da reserva de 2018 no montante de R$1.700.000 e a constituição de nova reserva de 2019 no montante de R$600.000. Em 2020, houve a reversão da reserva de 2019 no montante de R$600.000, a qual será submetida para a apreciação e aprovação pela AGO, prevista para ser realizada em 15 de abril de 2021.

c.3) Incentivos fiscais

A Companhia possui benefícios fiscais relativos ao ICMS nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, referente a créditos outorgados junto aos órgãos competentes dos referidos estados, vinculados a investimentos na instalação de equipamentos de suporte ao SMP, em pleno funcionamento e operação, de acordo com as normas em vigor, que assegurem que as localidades relacionadas no edital, sejam inseridas na área de cobertura do SMP. A parcela destes benefícios fiscais foi excluída do cálculo dos dividendos, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou de absorção de prejuízos.

c.4) Movimentação das reservas de lucros

A seguir, apresentamos a movimentação das reservas de lucro da Companhia.

	Reserva legal	Reserva para expansão e modernização	Incentivos fiscais	Total
Em 31 de dezembro de 2018	**2.584.757**	1.700.000	**39.413**	**4.324.170**
Reversão de reservas	-	(1.700.000)	-	(1.700.000)
Constituição de reservas	250.051	600.000	18.166	868.217
Em 31 de dezembro de 2019	**2.834.808**	600.000	**57.579**	**3.492.387**
Reversão de reservas	-	(600.000)	-	(600.000)
Constituição de reservas	238.526	-	18.766	257.292
Em 31 de dezembro de 2020	**3.073.334**	-	76.345	3.149.679

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

d.1) Dividendos complementares do exercício de 2019

Em 28 de maio de 2020, a AGO da Companhia aprovou a destinação de dividendos adicionais propostos do exercício de 2019, ainda não distribuídos, no montante de R$2.195.575 aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia da AGO. O início dos pagamentos destes dividendos ocorreu em 9 de dezembro de 2020.

d.2) Remuneração aos acionistas

Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações.

A seguir, apresentamos o cálculo de dividendos e juros sobre o capital próprio deliberados para os exercícios de 2020 e 2019.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	4.770.527	5.001.014
(-) Apropriação à reserva legal	(238.526)	(250.051)
(-) Incentivos fiscais não distribuíveis	(18.766)	(18.166)
Lucro líquido ajustado	4.513.235	4.732.797
(-) Dividendos e Juros sobre o capital próprio distribuídos no exercício:	(3.830.000)	(3.588.000)
Juros sobre o capital próprio (bruto)	(2.630.000)	(2.588.000)
Dividendos Intermediários	(1.200.000)	(1.000.000)
Saldo de lucro líquido não destinado	683.235	1.144.797
(+) Reversão da reserva especial para expansão e modernização do exercício anterior	600.000	1.700.000
(+) Juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos	99.788	82.898
(+-) Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos e efeito da limitação dos ativos dos planos superavitários, líquidos de tributos	204.495	(132.120)
Lucro disponível para distribuição	1.587.518	2.795.575
Proposta para a distribuição:		
Reserva especial para expansão e modernização	-	**600.000**
Dividendos adicionais propostos:	**1.587.518**	**2.195.575**
Dividendos adicionais propostos - Base lucro líquido do exercício	987.518	495.575
Dividendos adicionais propostos - Base lucro líquido do exercício anterior, referente a reversão da reserva especial para expansão e modernização	600.000	1.700.000
Total	1.587.518	2.795.575
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% do lucro líquido ajustado (apenas informativo)	**1.128.309**	**1.183.199**

A proposta para a deliberação do exercício de 2020, apresentada acima, será submetida à aprovação da AGO, a ser realizada no exercício de 2021.

Total de dividendo proposto para deliberação - por ação	2020	2019
Ações ordinárias	0,940376	1,219339
Ações preferenciais	-	1,341273

Durante os exercícios de 2020 e 2019, a Companhia destinou juros sobre o capital próprio intermediários e dividendos, os quais foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme segue:

Exercício de 2020

Natureza	Datas - Aprovação	Datas - Crédito	Datas - Início do pagamento	Valor Bruto - Ordinárias	Valor Bruto - Preferenciais	Valor Bruto - Total	Valor Líquido - Ordinárias	Valor Líquido - Preferenciais	Valor Líquido - Total	Valor líquido por ação - Ordinárias	Valor líquido por ação - Preferenciais
JSCP	14/02/20	28/02/20	Até 31/12/21	85.373	184.627	270.000	72.567	156.933	229.500	0,12745554999	0,14020110499
JSCP	19/03/20	31/03/20	Até 31/12/21	47.430	102.570	150.000	40.315	87.185	127.500	0,07080663888	0,07788950277
JSCP	17/06/20	30/06/20	Até 31/12/21	284.578	615.422	900.000	241.891	523.109	765.000	0,42485183332	0,46733701665
JSCP	17/09/20	28/09/20	Até 31/12/21	205.528	444.472	650.000	174.699	377.801	552.500	0,30683743517	0,33752117869
JSCP	16/11/20	27/11/20	Até 31/12/21	400.000	-	400.000	340.000	-	340.000	0,20136681027	-
JSCP	15/12/20	28/12/20	Até 31/12/21	260.000	-	260.000	221.000	-	221.000	0,13091066301	-
Dividendos	15/12/20	28/12/20	Até 31/12/21	1.200.000	-	1.200.000	1.200.000	-	1.200.000	0,71082712946	-
Total				2.482.909	1.347.091	3.830.000	2.290.472	1.145.028	3.435.500		

Exercício de 2019

Natureza	Datas - Aprovação	Datas - Crédito	Datas - Início do pagamento	Valor bruto - Ordinárias	Valor bruto - Preferenciais	Valor bruto - Total	Valor líquido - Ordinárias	Valor líquido - Preferenciais	Valor líquido - Total	Valor líquido por ação - Ordinárias	Valor líquido por ação - Preferenciais
JSCP	15/02/19	28/02/19	18/08/20	221.338	478.662	700.000	188.137	406.863	595.000	0,33044031480	0,36348434628
JSCP	17/04/19	30/04/19	18/08/20	180.233	389.767	570.000	153.198	331.302	484.500	0,26907282777	0,29598011054
JSCP	17/06/19	28/06/19	18/08/20	306.079	661.921	968.000	260.167	562.633	822.800	0,45695174961	0,50264692458
JSCP	19/12/19	30/12/19	18/08/20	110.669	239.331	350.000	94.069	203.431	297.500	0,16522015740	0,18174217314
Dividendos	19/12/19	30/12/19	18/08/20	316.198	683.802	1.000.000	316.198	683.802	1.000.000	0,55536187362	0,61089806098
Total				1.134.517	2.453.483	3.588.000	1.011.769	2.188.031	3.199.800		

Os valores dos juros sobre o capital próprio por ação, estão calculados e apresentados líquidos de imposto de renda retido na fonte ("IRRF"). Os acionistas imunes receberam os juros sobre o capital próprio integral, sem retenção de imposto de renda na fonte.

Até 22 de novembro de 2020, data do encerramento das negociações de ações preferenciais, o capital da Companhia era dividido em ações preferenciais e ordinárias. As ações preferenciais não tinham direito a voto, exceto nas hipóteses previstas nos artigos 9 e 10 do Estatuto Social anterior, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital, sem prêmio e no recebimento de dividendo 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme disposto no artigo 7º do Estatuto Social da Companhia e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei nº 6.404/76.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio deliberados com a data de crédito a partir de 23 de novembro de 2020, contemplam os efeitos da conversão das ações preferenciais em ações ordinárias (nota 23 a.1).

d.3) Dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos

continua

impressaoficial GOVERNO DO ESTADO documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 24 de fevereiro de 2021 às 00:42:16

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 138.172/21-3 em 12/03/2021 da empresa TELEFONICA BRASIL S.A., NIRE nº 35300158814, protocolado sob o nº 0191826212. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/03/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 149638915. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/125650604216525474027

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 125650604216525474027-14
Data: 06/04/2021 08:59:35
Valor Total do Ato: R$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALI65622-SY8V;

CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular
TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em terça-feira, 6 de abril de 2021 09:03:04 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

continuação

Telefônica

Telefônica Brasil S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 • NIRE nº 35.3.0015881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Conforme o artigo nº 287, inciso II, item "a" da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 anos, contados a partir da data do início de pagamento. A Companhia reverte o valor de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição.
Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia reverteu o valor de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos nos montantes de R$99.788 e R$82.898, respectivamente, os quais foram incluídos nos cálculos para as deliberações de dividendos da Companhia.

e) Outros resultados abrangentes acumulados

Ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes: Refere-se às variações de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.

Instrumentos financeiros derivativos: Refere-se à parte eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa até a data do balanço.

Efeitos da conversão de investimentos no exterior: Refere-se às diferenças cambiais oriundas da conversão das demonstrações financeiras da Aliança (controlada em conjunto).
A seguir, apresentamos a movimentação de outros resultados abrangentes, líquidos dos tributos.

	Controladora / Consolidado			
	Ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	Instrumentos financeiros derivativos	Efeitos da conversão de investimentos no exterior	Total
Saldos em 31.12.18	(9.070)	336	37.959	29.225
Ganhos com conversão	-	-	1.859	1.859
Perdas com contratos futuros	-	(336)	-	(336)
Perdas com ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	(11)	-	-	(11)
Saldos em 31.12.19	(9.081)	-	39.818	30.737
Ganhos com conversão	-	-	39.008	39.008
Perdas com contratos futuros	-	(4.147)	-	(4.147)
Ganhos com ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes	290	-	-	290
Saldos em 31.12.20	(8.791)	(4.147)	78.826	65.888

f) Programa de recompra de ações da Companhia

Em 28 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia, em conformidade com o artigo nº 17, inciso XV do Estatuto Social e da Instrução CVM nº 567, aprovou um novo Programa de Recompra de Ações de Própria Emissão da Companhia, que tem como objetivo a aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia para posterior cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria, sem redução do capital social, para incrementar o valor aos acionistas pela aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa, otimizando a alocação de capital da Companhia.
A recompra será efetuada mediante a utilização do saldo de reserva de capital constante nas informações trimestrais ("ITRs") com data base 30 de junho de 2020 (R$1,165 bilhões), excetuadas as reservas referidas no artigo nº 7º, § 1º, da ICVM 567.
Este programa terá vigência até 27 de janeiro de 2022, sendo as aquisições realizadas na B3, a preços de mercado, observando os limites legais e regulamentares.
As quantidades máximas autorizadas para aquisição serão de 38.320.512 ações ordinárias. As quantidades de ações em circulação são 446.496.249 ações ordinárias, de acordo com a definição dada pelo artigo nº 8º, § 3º, inciso I, da ICVM 567.
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram adquiridas 518.800 ações da Companhia, sendo 232.000 ações preferenciais e 286.800 ações ordinárias, pelo montante de R$22.686.

g) Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no exercício.
A Companhia não detém ações potenciais diluíveis em circulação que poderiam resultar na diluição do lucro por ação.
A seguir, apresentamos os cálculos do lucro por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

	Controladora	
	2020	2019
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas detentores de ações:	4.770.527	5.001.014
Ordinárias	1.991.046	1.581.306
Preferenciais	2.779.481	3.419.708
Quantidade de ações, em milhares:	1.688.615	1.688.694
Média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o exercício	685.522	569.354
Média ponderada das ações preferenciais em circulação durante o exercício	1.003.093	1.119.340
Resultado básico e diluído por ação:		
Ações ordinárias (R$)	2,90	2,78
Ações preferenciais (R$)	2,77	3,06

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

a) Política contábil

As receitas totais dos pacotes que combinam vários produtos ou serviços de rede fixa, móvel, dados, *internet* ou televisão, são alocadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes em relação à contraprestação total do pacote e reconhecida quando (ou assim que) a obrigação for satisfeita. Quando os pacotes incluem um desconto no equipamento, há um aumento das receitas reconhecidas pela venda de celulares e outros equipamentos, em detrimento da receita do serviço em curso ao longo de períodos subsequentes. Na medida em que os pacotes são comercializados com desconto, a diferença entre a receita de venda de equipamentos e o montante contratado pelo cliente, relativo aos bens entregues, é reconhecida como um ativo de contrato no balanço patrimonial.
As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis descorrentes da prestação de serviços de telecomunicações, comunicações, vendas de mercadorias, publicidade e outras receitas, e estão sendo apresentadas líquidas dos tributos, descontos e devoluções (no caso de venda de mercadorias), incidentes sobre elas.
As receitas referentes às vendas de cartões de telefones públicos e aos créditos de recarga de celulares pré-pagos, bem como os respectivos tributos devidos são diferidos e reconhecidos no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados.
As receitas de contratos de locação de equipamentos classificados como arrendamento (produto Vivo TECH), são reconhecidas na instalação dos equipamentos, momento em que ocorre a efetiva transferência de risco. As receitas são reconhecidas pelo valor presente dos pagamentos mínimos futuros do contrato.
A receita da venda de aparelhos aos dealers é contabilizada no momento da sua entrega e não no momento de sua venda ao cliente final.
As receitas de serviços e de mercadorias estão sujeitas basicamente aos seguintes tributos indiretos: ICMS ou ISS (conforme o caso), PIS e COFINS, conforme o caso.

b) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia possui sistemas de faturamento de serviços com datas de corte intermediárias. Desta forma, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Essas receitas não faturadas são registradas com bases em estimativas, que levam em consideração dados históricos de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros. Como são utilizados dados históricos, essas estimativas estão sujeitas a incertezas significativas.

c) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita operacional bruta	62.558.197	65.695.019	63.195.443	66.571.466
Serviços (1)	56.669.651	59.255.466	57.293.392	60.129.579
Mercadorias (2)	5.888.256	6.439.553	5.902.051	6.442.287
Deduções da receita operacional bruta	(19.985.251)	(22.188.382)	(20.068.971)	(22.303.695)
Tributos	(12.839.192)	(13.779.098)	(13.022.712)	(13.894.361)
Serviços	(11.903.041)	(12.566.434)	(11.981.372)	(12.678.809)
Mercadorias	(1.036.151)	(1.212.664)	(1.041.340)	(1.215.552)
Descontos concedidos e devoluções	(7.046.059)	(8.409.284)	(7.046.259)	(8.409.334)
Serviços	(4.968.078)	(6.319.503)	(4.968.350)	(6.319.584)
Mercadorias	(2.077.981)	(2.089.781)	(2.077.909)	(2.089.750)
Receita operacional líquida	42.572.856	43.506.637	43.126.472	44.268.171
Serviços	39.798.732	40.369.529	40.343.670	41.131.186
Mercadorias	2.774.124	3.137.108	2.782.802	3.136.985

(1) Inclui serviços de telecomunicações, uso de rede e interconexão, serviços de dados e SVAs, TV por assinatura e outros serviços.
(2) Inclui revenda de aparelhos celulares, *simcards*, acessórios e equipamentos do Produto Vivo Tech.
Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Controladora

	2020				2019			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal (1)	(689.808)	(2.508.110)	(417.129)	(3.615.047)	(718.247)	(2.548.916)	(416.250)	(3.683.413)
Serviços de terceiros (2)	(7.099.675)	(5.884.269)	(1.068.864)	(14.052.808)	(6.521.785)	(6.684.031)	(1.150.014)	(14.355.830)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (3)	(1.277.983)	(60.778)	(43.489)	(1.382.250)	(1.383.602)	(78.824)	(56.708)	(1.519.134)
Impostos, taxas e contribuições (4)	(1.671.078)	(32.517)	(45.883)	(1.749.478)	(1.601.847)	(41.808)	(30.198)	(1.673.853)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber (nota 4)	-	(1.734.646)	-	(1.734.646)	-	(1.658.419)	-	(1.658.419)
Depreciação e amortização (5)	(8.864.509)	(1.494.306)	(662.425)	(11.221.242)	(8.623.235)	(1.500.171)	(792.897)	(10.916.303)
Custo das mercadorias vendidas	(2.866.817)	-	-	(2.866.817)	(3.150.481)	-	-	(3.150.481)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(72.339)	(133.033)	(44.191)	(249.563)	(29.308)	(142.199)	(28.864)	(200.371)
Total	(22.542.209)	(11.848.661)	(2.481.981)	(36.872.851)	(22.028.505)	(12.654.368)	(2.474.931)	(37.157.804)

Consolidado

	2020				2019			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal (1)	(775.769)	(2.522.455)	(442.716)	(3.740.960)	(758.780)	(2.568.363)	(430.409)	(3.757.552)
Serviços de terceiros (2)	(7.120.850)	(5.888.370)	(1.078.582)	(14.087.802)	(6.601.587)	(6.685.452)	(1.154.823)	(14.442.862)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (3)	(1.284.943)	(59.578)	(45.140)	(1.389.661)	(1.388.217)	(78.401)	(57.359)	(1.523.977)
Impostos, taxas e contribuições (4)	(1.690.171)	(32.517)	(47.428)	(1.770.116)	(1.597.066)	(41.810)	(31.127)	(1.670.003)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber (nota 4)	-	(1.740.358)	-	(1.740.358)	-	(1.682.348)	-	(1.682.348)
Depreciação e amortização (5)	(8.865.855)	(1.495.229)	(866.414)	(11.227.498)	(8.624.228)	(1.501.096)	(794.468)	(10.919.792)
Custo das mercadorias vendidas	(2.878.533)	-	-	(2.878.533)	(3.156.964)	-	-	(3.156.964)
Materiais e outros custos e despesas operacionais	(76.942)	(133.048)	(44.713)	(254.703)	(32.105)	(142.750)	(29.910)	(204.767)
Total	(22.693.063)	(11.871.555)	(2.524.993)	(37.089.631)	(22.158.947)	(12.701.222)	(2.498.096)	(37.358.265)

(1) Inclui os custos e despesas com honorários, salários, encargos e benefícios sociais, participação nos resultados, planos de remuneração baseados em ações, planos de previdência e outros benefícios pós-emprego, treinamento, transporte, saúde e alimentação.
(2) Inclui os custos e despesas com interconexão e uso de redes, propaganda e publicidade, manutenção da planta, energia elétrica, segurança, limpeza, compra de conteúdo de TV, agenciamento e intermediação comercial, parcerias, *call center*, *BackOffice*, logística e armazenagem, confecção e postagem de contas telefônicas, serviços bancários, entre outros.
(3) Inclui os custos e despesas com aluguéis de infraestrutura, imóveis, equipamentos, veículos, seguros e meios de conexão.
(4) Inclui os custos e despesas com as taxas fistel, fust, funttel, ônus para a renovação de licenças e outros impostos, taxas e contribuições.
(5) Inclui os montantes consolidados de R$2.225.639 e R$1.939.401 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente, referente à depreciação de arrendamentos.

26. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Multas e despesas recuperadas (1)	990.580	498.702	993.561	503.777
Provisões trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias (nota 19)	(680.644)	(614.614)	(673.905)	(625.480)
Resultado líquido na alienação/perdas de ativos (2)	425.632	409.178	425.562	408.160
Outras receitas (despesas) operacionais	(135.755)	118.405	(201.120)	17.561
Total	599.813	411.671	544.088	304.018
Outras receitas operacionais	1.416.212	1.026.285	1.419.113	929.498
Outras despesas operacionais	(816.399)	(614.614)	(875.025)	(625.480)
Total	599.813	411.671	544.088	304.018

(1) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, inclui os créditos fiscais, no montante de R$435.698, oriundos dos processos judiciais transitados em julgado no Superior Tribunal de Justiça, a favor da Companhia, que reconheceram o direito da exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS, para os períodos compreendidos entre novembro de 2001 a março de 2016 e julho de 2002 a agosto de 2003.
(2) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, inclui o ganho líquido de R$93.257, decorrente do contrato celebrado pela Companhia em 28 de novembro de 2019, para a alienação de 1.909 estruturas (*rooftops* e torres) de propriedade da Companhia para a Telxius Torres Brasil Ltda.
Após a transação de venda dos ativos, considerada como uma operação de *sale and leaseback*, foi efetuado um contrato de aluguel de parte das estruturas alienadas com a Telxius Torres Brasil Ltda, para dar continuidade às transmissões de dados necessárias para a prestação dos serviços de telefonia móvel pela Companhia.

27. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

a) Política contábil

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos, financiamentos, debêntures, ajustes ao valor presente de transações que geram ativos e passivos monetários e outras operações financeiras, sendo reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas.
Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

b) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas Financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	166.602	258.749	177.236	272.158
Juros ativos (clientes, tributos e outros)	96.603	175.738	98.232	177.636
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	181.162	314.736	181.162	315.351
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 20)	-	5.140	-	5.140
Outras receitas com variações cambiais e monetárias (depósitos judiciais, tributos e outros) (1)	771.791	202.230	780.663	209.447
Outras receitas financeiras	114.194	153.093	114.237	153.138
Total	1.330.552	1.109.686	1.351.530	1.132.870
Despesas Financeiras				
Encargos de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos (nota 20) (2)	(648.775)	(830.615)	(648.816)	(830.686)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 20)	-	(4.036)	-	(4.036)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	(179.128)	(263.151)	(179.128)	(263.388)

continua

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 24 de fevereiro de 2021 às 00:42:16

Certifico o registro sob o nº 138.172/21-3 em 12/03/2021 da empresa TELEFONICA BRASIL S.A., NIRE nº 35300158814, protocolado sob o nº 0191826212. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/03/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 149638915. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/125650604216525474027

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 125650604216525474027-15
Data: 06/04/2021 08:59:36
Valor Total do Ato: R$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALI65623-2O6A;
CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular
TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em terça-feira, 6 de abril de 2021 09:03:04 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

continuação

Telefônica

Telefônica Brasil S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 NIRE nº 35.3.0015881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Juros passivos (instituições financeiras, provisões, fornecedores, tributos e outros)	(131.053)	(143.514)	(129.030)	(144.779)
Outras despesas com variações cambiais e monetárias (contingências, fornecedores, tributos e outros)	(788.593)	(603.145)	(805.823)	(615.291)
IOF, Pis, Cofins e outras despesas financeiras	(160.551)	(92.936)	(162.162)	(94.831)
Total	(1.906.100)	(1.837.399)	(1.974.959)	(1.953.011)
Resultado financeiro, líquido	(577.548)	(827.713)	(573.429)	(820.141)

(1) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, inclui os créditos fiscais, no montante de R$512.659, oriundos dos processos judiciais transitados em julgado no Superior Tribunal de Justiça, a favor da Companhia, que reconheceram o direito da exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS, para os períodos compreendidos entre novembro de 2001 a março de 2016 e julho de 2002 a agosto de 2003.

(2) Inclui os montantes consolidados de R$526.127 e R$457.985 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente, referente à encargos de arrendamentos.

24. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

a) Transações e saldos com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos com partes relacionadas decorrem de transações com empresas relacionadas com o grupo controlador, as quais foram realizadas em preços e demais condições comerciais acordadas em contrato entre as partes e refere-se a:

a) Serviços de telefonia fixa e móvel, prestados a empresas do Grupo Telefônica.
b) Serviços de TV digital contratados.
c) Aluguel, manutenção de equipamento de segurança e serviços de construção civil contratados.
d) Serviços corporativos, repassados pelo custo efetivamente incorrido.
e) Direito de uso de determinadas licenças de *softwares* e serviços de manutenção e suporte contratados.
f) Infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados e serviços de conexão contratados.
g) Operações com empresas do Grupo Telefônica referentes à compra de conteúdo de *internet*, veiculação de publicidade e serviços de audiência de audiência.
h) Serviços de *marketing*.
i) Serviços de acesso à informação através da rede de comunicações eletrônicas.
j) Serviços de comunicação de dados e soluções integradas.
k) Serviços de chamada de longa distância e de *roaming* internacional.
l) Reembolsos a serem pagos ou recebidos referentes a despesas e gastos diversos.
m) *Brand Fee*, pela cessão de uso de direitos de marca.
n) Plataforma de serviços de saúde.
o) *Cost Sharing Agreement*, reembolso de gastos referentes ao negócio digital.
p) Aluguel de prédios.
q) *Financial Clearing House Roaming*, ingressos de fundos para pagamentos e recebimentos derivados da operação de *roaming*.
r) Soluções integrais de aprendizagem *on-line* para a educação e formação em modalidade *e-learning*.
s) Operações de *factoring*, linha de financiamento para os serviços prestados pelos fornecedores do Grupo Telefônica.
t) Investimento Social. A Fundação Telefônica utiliza tecnologias de forma inovadora para potencializar a aprendizagem e o conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e social.
u) Contratos de cessão de direito de uso de rede de dutos, serviços de locação de dutos para fibra ótica e contratos de ocupação de faixa de domínio com diversas concessionárias de rodovias.
v) Plataforma *Actuvia Sourcing*, solução *on-line* para a negociação de compra e venda de diversos tipos de bens e serviços.
w) Mídia digital, serviços de comercialização e exploração de *marketing* digital *in-store* e *outdoor*.
x) Operações de arrendamentos entre a Companhia e a Telxius Torres Brasil. As operações consistem na alienação de ativos de infraestrutura de propriedade da Companhia, em conjunto com a cessão dos contratos de compartilhamento, com posterior cessão de uso de espaço das referidas infraestruturas para a Companhia.
y) Valores a serem ressarcidos para SP Telecomunicações Participações em decorrência de cláusula contratual da compra de participação societária do Terra Networks.
z) Venda de produtos digitais e criação de um canal de banda exclusivo que responde à demanda comercial por esses serviços e produtos digitais.
aa) Serviço de suporte técnico em informática.

Conforme descrito na nota 30, a Companhia e suas controladas são patrocinadoras de planos de previdência e outros benefícios pós-emprego aos seus empregados junto à Visão Prev e Sistel.

A Telefônica Corretora de Seguros ("TCS") atua como intermediadora em transações entre seguradoras e a Companhia e suas controladas na aquisição de seguros para celular, riscos operacionais, responsabilidade civil geral, seguros garantia, dentre outros. Não há saldos decorrentes da intermediação de seguros com a TCS, a qual é remunerada diretamente pela seguradora contratada.

A seguir, apresentamos um sumário dos saldos consolidados com partes relacionadas.

Balanço Patrimonial - Ativo

Empresas	Natureza de transação	31.12.20 Caixa e equivalentes de caixa	31.12.20 Contas a receber	31.12.20 Outros ativos	31.12.19 Caixa e equivalentes de caixa	31.12.19 Contas a receber	31.12.19 Outros ativos (Reapresentado)
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	d) / f) / p)	-	8	9.876	-	6	4.924
Telefônica Latinoamerica Holding	l)	-	-	19.188	-	-	40.105
Telefônica	l) / z)	-	-	4.796	-	10.873	2.555
		-	8	33.860	-	10.879	47.584
Outras empresas do grupo							
Colombia Telecomunicaciones	k) / l)	-	151	-	-	159	520
Telefónica International Wholesale Services Brasil	a) / d) / f) / p)	-	3.113	221	-	1.961	69
TO2 Germany GMBH CO. OHG	k)	-	330	-	-	1.688	-
Telefónica Venezolana	k) / l)	-	6.852	2.196	-	6.498	2.196
Telefónica Digital España	g) / l)	-	1.151	-	-	696	300
Telefónica Factoring do Brasil	a) / d) / s)	-	8.519	62	-	2.782	45
Telefónica International Wholesale Services II, S.L.	a) / j) / k)	-	54.249	-	-	58.490	-
Telefónica Serviços de Ensino	a) / d) / p)	-	130	24	-	153	14
Telefónica Moviles Argentina	j) / k)	-	5.883	-	-	5.145	-
Telefónica Moviles España	k)	-	1.783	-	-	1.536	-
Telefónica USA	j)	-	4.126	-	-	5.319	-
Telfisa Global BV	q)	47.313	-	-	59.657	-	-
Telxius Cable Brasil	a) / d) / f) / p)	-	4.624	223	-	11.382	4.895
Telxius Torres Brasil	a) / d) / p) / x)	-	960	9.164	-	5.429	6.611
Terra Networks Mexico, Terra Networks Peru e Terra Networks Argentina	g) / h)	-	5.617	-	-	5.598	-
Telefónica Cyber Tech Brasil	a) / d) / j) /p)	-	439	23.416	-	-	-
Outras	a) / d) / g) / h) / j) / k) / l) / p)	-	7.014	3.969	-	12.189	2.732
		47.313	105.341	38.975	59.657	119.025	17.382
Total		47.313	105.349	72.835	59.657	129.904	64.966

Balanço Patrimonial - Passivo

Empresas	Natureza de transação	31.12.20 Fornecedores e contas a pagar	31.12.20 Outros passivos e arrendamentos	31.12.19 Fornecedores e contas a pagar	31.12.19 Outros passivos e arrendamentos
Controladoras					
SP Telecomunicações Participações	y)	-	27.599	-	23.524
Telefônica	l) / m)	8.274	573	2.907	40
		8.274	28.272	2.907	23.564
Outras empresas do grupo					
Colombia Telecomunicaciones	k)	157	-	816	-
Fundação Telefônica	l)	-	-	-	86
Media Networks Latin America S.A.C.	b)	5.660	-	9.245	-
Telefónica International Wholesale Services Brasil	f) / l)	52.161	318	44.835	318
TO2 Germany GMBH CO. OHG	k)	769	-	5.000	-
Telefónica Venezolana	k)	6.038	-	6.044	-
Telefónica Compras Electrónica	v)	32.187	-	28.169	-
Telefónica Digital España	o)	115.899	-	68.015	-
Telefónica Factoring do Brasil	s)	-	1.551	-	4.057
Telefónica Global Technology	e)	30.535	-	28.854	-
Telefónica International Wholesale Services II, S.L.	f) / k)	80.254	-	66.976	-
Telefónica Serviços de Ensino	r)	4.480	-	8.373	-
Telefónica Moviles Argentina	k)	757	-	3.636	-
Telefonica Moviles España	k)	1.283	-	3.488	-
Telefónica USA	f)	12.868	269	16.015	267
Telxius Cable Brasil	f) / l)	18.937	1.572	47.168	1.572
Telxius Torres Brasil	l) / x)	74.655	1.393.898	30.018	480.589
Terra Networks Mexico, Terra Networks Peru e Terra Networks Argentina	h)	5.231	-	7.105	-
Telefónica Cyber Tech Brasil	aa)	15.131	-	-	-
Companhia AIX Participações	a) / u)	-	76.236	2.050	-
Outras	e) / f) / g) / l) / k) / l) / m) / o) / t) / w)	24.243	223	25.555	42
		481.065	1.476.067	402.364	486.931
Total		489.339	1.504.339	405.271	510.495
Passivo circulante		489.339	-	405.271	-
Fornecedores (nota 16)		-	346.291	-	55.920
Arrendamento (nota 20)		-	33.244	-	29.529
Outros passivos (nota 22)					
Passivo não circulante		-	1.124.217	-	424.461
Arrendamento (nota 20)		-	587	-	565
Outros passivos (nota 22)					

Demonstração dos Resultados

Empresas	Natureza da transação	2020 Receita operacional	2020 Receitas (custos, despesas e outras despesas) operacionais	2020 Resultado financeiro	2019 Receita operacional	2019 Receitas (custos, despesas e outras despesas) operacionais	2019 Resultado financeiro
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	d) / l) / p)	10	558	-	5	497	-
Telefônica Latinoamerica Holding	l)	-	19.181	7.217	-	18.309	851
Telefônica	l) / m)	-	(427.866)	(13.163)	-	(422.958)	(5.226)
		10	(408.129)	(5.946)	5	(404.152)	(4.375)
Outras empresas do grupo							
Colombia Telecomunicaciones	k) / l)	110	306	116	111	321	(17)
Fundação Telefônica	l)	-	(9.998)	-	-	(11.971)	-
Telefónica International Wholesale Services Brasil	a) / d) / f) / l) / p)	5.586	(105.384)	-	757	(104.105)	(54)
Media Networks Latin America S.A.C.	b)	-	(26.471)	(246)	-	(41.023)	(596)
Telefónica Serviços de Ensino	a) / d) / p) / r)	877	(26.072)	-	1.085	(35.228)	-
TO2 Germany GMBH CO. OHG	k)	32	3.565	823	(100)	489	1.845
Telefónica Compras Electrónica	v)	-	(33.919)	-	-	(30.814)	-
Telefónica Digital España	g) / l) / o)	366	(142.343)	(22.992)	299	(127.182)	(3.016)
Telefónica Factoring do Brasil	a) / d) / s)	7.674	252	(1.551)	2.418	239	(4.048)
Telefónica Global Technology	e)	-	(80.784)	(5.470)	-	(63.947)	388
Telefónica International Wholesale Services II, S.L.	a)/ f) / j) / k)	65.246	(88.730)	9.461	48.819	(75.693)	(4.128)
Telefónica Moviles Argentina	j) / k)	2.152	1.340	200	4.030	(3.437)	90
Telefónica Moviles España	k)	554	949	(62)	410	(1.737)	545
Telefónica USA	f) / j)	-	(17.186)	(436)	38	(19.793)	1.700
Telxius Cable Brasil	a) / d) / f) / l) / p)	12.066	(314.327)	(30.251)	13.585	(252.436)	(7.415)
Telxius Torres Brasil	a) / d) / p) / x)	8.902	1.178	(59.137)	3.652	756	(24.144)
Terra Networks Mexico, Terra Networks Peru e Terra Networks Argentina	h)	847	(8.428)	166	2.535	(5.539)	567
Telefónica Cyber Tech Brasil	a) / aa)/ d) / j) /p)	347	(15.544)	-	-	-	-
Companhia AIX Participações	a) / u)	28	-	(1.252)	38	(24.174)	-
Outras	a) / c) / d) / e) / f) / g) / h) / l) / j) / k) / l) / n) / o) / p) / q) / w)	3.075	(17.795)	1.494	6.860	(58.763)	588
		107.862	(881.391)	(120.145)	84.537	(854.137)	(37.695)
Total		107.872	(1.289.520)	(126.091)	84.542	(1.258.289)	(42.070)

b) Remuneração dos administradores

O montante de remuneração (consolidado) pago pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi de R$27.802 e R$25.483, respectivamente. Destes montantes, R$17.470 (R$16.756 em 31 de dezembro de 2019) correspondem a salários, benefícios e encargos sociais e R$10.332 (R$8.725 em 31 de dezembro de 2019) a remuneração variável.

Estes montantes foram contabilizados como despesas de pessoal no grupo de Despesas Gerais e Administrativas (nota 25).

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

25. PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES

a) Política contábil

A Companhia e suas controladas mensuram o custo de transações liquidadas com ações emitidas pela controladora (Telefônica), para seus dirigentes e empregados.

O valor justo das opções é estimado na data de concessão, com base em modelo binomial de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos. Esse valor justo é debitado na demonstração dos resultados ao longo do período até a exaisição.

A Companhia e suas controladas reembolsam à Telefônica o valor justo do benefício entregue na data de concessão aos dirigentes e empregados.

b) Informações sobre os planos de remuneração baseados em ações

A controladora da Companhia, Telefonica, mantém diferentes planos de remuneração baseados no valor de cotação de suas ações, os quais foram oferecidos também a dirigentes e empregados de suas controladas, entre elas a Companhia e suas controladas.

A entrega das ações está condicionada a: (i) manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefônica na data de consolidação do ciclo; e (ii) ao atingimento de resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano.

O nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista, considerando cotação e dividendos (*Total Shareholder Return* - TSR) da ação da Telefônica, em relação à evolução dos TSRs das empresas do Grupo de Comparação pré-definido e ao atingimento do FCF (*Free Cash Flow*) do Grupo Telefônica. Em 31 de dezembro de 2020 o valor da cotação das ações da Telefônica era de 3,2450 euros.

As despesas da Companhia e suas controladas com os planos de remuneração baseados em ações descritos a seguir, quando aplicável, são registradas como gastos com pessoal, segregados nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas (nota 25) e correspondem a R$19.196 e R$10.833 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Os principais planos em vigor em 31 de dezembro de 2020 eram:

Talent for the Future Share Plan ("TSP"), para seus Gerentes Sênior, Gerentes e Especialistas em nível global:

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefônica, celebrada em 8 de junho de 2018, aprovou um programa de longo prazo com o objetivo de premiar o compromisso, o desempenho destacado e o alto potencial de seus Executivos em nível global com a atribuição de ações da Telefônica.

Os participantes não precisam pagar por suas ações atribuídas. A duração total inicialmente prevista do plano é de 3 anos. Os ciclos são independentes entre si. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data da concessão, as ações serão transferidas para o participante se atingida a meta.

continua

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 24 de fevereiro de 2021 às 00:42:16

Certifico o registro sob o nº 138.172/21-3 em 12/03/2021 da empresa TELEFONICA BRASIL S.A., NIRE nº 35300158814, protocolado sob o nº 0191826212. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/03/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 149638915. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/125650604216525474027

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 125650604216525474027-16
Data: 06/04/2021 08:59:36
Valor Total do Ato: R$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALI65624-3M58;
CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular
TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em terça-feira, 6 de abril de 2021 09:03:04 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

continuação

Telefônica

Telefônica Brasil S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 • NIRE: 35.3.0015881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ciclo 2018-2020 (1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020): com 122 executivos ativos, tendo o direito potencial de receber 101.000 ações da Telefônica.
Ciclo 2019-2021 (1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021): com 152 executivos ativos, tendo o direito potencial de receber 128.000 ações da Telefônica.
Ciclo 2020-2022 (1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2022): com 170 executivos ativos, tendo o direito potencial de receber 136.400 ações da Telefônica.
Performance Share Plan ("PSP"), para seus Vice-Presidentes e Diretores em nível global:
A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefônica, celebrada em 8 de junho de 2018, aprovou um programa de longo prazo com o objetivo de premiar o comprometimento, o desempenho destacado e o alto potencial de seus Diretivos em nível global com a atribuição de ações da Telefônica.
Os participantes não precisam pagar por suas ações atribuídas. A duração total inicialmente prevista do plano é de 3 anos. Os ciclos são independentes entre si. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data da concessão, as ações serão transferidas para o participante se atingida a meta.
Ciclo 2018-2020 (1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020): com 94 executivos ativos (incluindo 2 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 740.345 ações da Telefônica.
Ciclo 2019-2021 (1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021): com 94 executivos ativos (incluindo 3 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 995.237 ações da Telefônica.
Ciclo 2020-2022 (1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2022): com 106 executivos ativos (incluindo 3 executivos nomeados nos termos do Estatuto) da Companhia, tendo o direito potencial de receber 601.444 ações da Telefônica.
Plano Global de Direitos sobre Ações da Telefônica: Global Employee Share Plan ("GESP")
Os empregados inscritos no plano podem adquirir ações da Telefônica mediante contribuições mensais de 25 euros até 150 euros (ou o equivalente em moeda local), descontadas em folha de pagamento, mensalmente com um valor máximo de 1.800 euros ao longo de um período de 12 meses (período de compra).
Os 12 meses seguintes ao período de compra são o período de retenção das ações compradas. Ao final do 2º ano serão entregues ações de recompensa, ou seja, a cada duas ações compradas pelo colaborador, será concedida uma ação gratuita.
O ciclo deste plano tem vigência de 1º de julho de 2019 a 31 de junho de 2021.
A entrega de ações ocorrerá após o período de aquisição de direito do plano, após 31 de julho de 2021, e está condicionada a: (i) a permanência na empresa durante os dois anos de duração do programa (período de aquisição de direito), sujeito a determinadas condições especiais em relação às baixas; e (ii) o número exato de ações a serem entregues ao final do período de aquisição de direito depende do número de ações adquiridas e mantidas pelos empregados. Assim, os empregados inscritos no plano, e que continuaram no Grupo Telefônica, que tenham mantido as ações adquiridas por um período adicional de mais doze meses depois do fim do período de compra, terão direito a receber uma ação gratuita para cada duas ações que tenham adquirido e conservado até o fim do período de aquisição de direito.
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos consolidados do passivo dos planos mencionados acima eram de R$86.296 e R$40.523, respectivamente, incluindo tributos.

30. PLANOS DE PREVIDÊNCIA E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

a) Política contábil
A Companhia e suas controladas patrocinam individualmente fundos de pensão de benefícios pós-emprego para empregados ativos e aposentados, bem como plano multipatrocinado de complementação de aposentadoria e assistência médica para ex-empregados. As contribuições são determinadas em bases atuariais e são registradas pelo regime de competência. Passivos relacionados aos planos definidos são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, a fim de verificar se as reservas são suficientes para garantir os compromissos atuais e futuros.
Os passivos atuariais de planos com características de benefício definido foram calculados adotando-se o método de crédito unitário projetado. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de forma imediata no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes).
Para os planos com características de contribuições definidas, a obrigação é limitada ao pagamento das contribuições, as quais são reconhecidas no resultado nos respectivos períodos de competência.
O ativo ou passivo de plano de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal - NTNs), deduzido do valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia ou suas controladas e não podem ser pagos diretamente à Companhia ou suas controladas. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de redução nas contribuições patronais futuras do plano.
Os custos atuariais reconhecidos na demonstração dos resultados são limitados ao custo do serviço e custo de juros sobre a obrigação do plano de benefício definido. Qualquer mudança na mensuração nos ativos e obrigações dos planos são inicialmente reconhecidos em outros resultados abrangentes e imediatamente reclassificado para lucros acumulados no patrimônio líquido.
A Companhia e suas controladas administram e patrocinam, individualmente, plano de assistência médica aos aposentados e destigados que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento à Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da referida Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tinha direito enquanto empregado ativo.

b) Estimativas e julgamentos contábeis críticos
O custo de plano de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas anualmente.
A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

c) Informações sobre os planos de previdência e outros benefícios pós-emprego
A tabela a seguir descreve os planos que a Companhia e suas controladas patrocinam com os devidos tipos de benefícios.

Plano	Tipo	Administrador	Patrocinador
PBS-A	Benefício Definido (BD)	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
PAMA / PCE	Benefício Definido (BD)	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
Assistência médica - Lei 9.656/98	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil, Terra Networks, TGLog e TIS
CTB	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil
Telefônica BD	Benefício Definido (BD)	Visão Prev	Telefônica Brasil
VISÃO	Contribuição Definida (CD) / Híbrido	Visão Prev	Telefônica Brasil, Terra Networks, TGLog e TIS

A Companhia tem participação nas decisões que afetam diretamente a governança dos planos, com membros indicados tanto para o Conselho Deliberativo quanto para o Conselho Fiscal das administradoras Sistel e Visão Prev.
A obrigação de benefício definido é composta por diferentes componentes, de acordo com a característica de pensão de cada plano, podendo ser constituído pelo passivo atuarial de obrigações de complementação de aposentadoria, subsídio de assistência médica a aposentados e dependentes e indenizações por morte e invalidez dos participantes. Esta obrigação está exposta a riscos econômicos e demográficos, tais como: (i) reajustes nos custos médicos que possam impactar no custeio do planos de assistência médica; (ii) crescimento salarial; (iii) taxa de inflação de longo prazo; (iv) taxa nominal de desconto; e (v) expectativa de vida dos participantes e pensionistas.
O valor justo dos ativos dos planos é composto principalmente por investimentos em renda fixa (NTN's, LFT's, LTN's, operações compromissadas, CDB's, debêntures, letras financeiras e quotas FIDC) e investimentos em renda variável (ações de empresas de grande porte, com boa reputação no mercado e com alta liquidez, além de investimentos em índices de mercado).
Devido à concentração dos investimentos em renda fixa e variável, os ativos dos planos estão expostos principalmente aos riscos inerentes ao mercado financeiro e ao cenário econômico, tais como: (i) risco de mercado nos setores econômicos onde os investimentos em renda variável estão concentrados; (ii) risco de eventos que impactem no cenário econômico e nos índices de mercado onde os investimentos em renda variável estão concentrados; e (iii) taxa de inflação de longo prazo que pode comprimir a rentabilidade de investimentos em renda fixa de remuneração pré-fixada.
As administradoras dos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pela Companhia (Visão Prev Sociedade de Previdência Complementar - "Visão Prev" e Fundação Sistel de Seguridade Social - "Sistel") procuram efetuar casamento dos fluxos de ativos e passivos por meio da aquisição de títulos de renda fixa e outros ativos de longo prazo.
À exceção dos planos CTB e plano assistência médica - Lei nº 9.656/98, geralmente todos os planos de benefícios que tenham fundo constituído, apresentam posição superavitária. O benefício econômico registrado no ativo da Companhia e suas controladas não reflete o total de *superávit* apurado nesses planos. O benefício econômico apresentado no ativo considera apenas a parte dos *superávits* que apresenta real possibilidade de recuperação. A forma de recuperação dos *superávits* dos planos é unicamente através de reduções em contribuições futuras e, visto que nem todos os planos recebem atualmente contribuições de grandeza suficiente para a total recuperação dos *superávits*, o benefício econômico registrado no ativo está limitado ao total possível de recuperação de acordo com as contribuições futuras projetadas.
Os ativos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente, sendo que o rateio dos ativos dos planos foi efetuado com base no passivo atuarial da Companhia em relação ao passivo atuarial total do plano.
Os ganhos e perdas atuariais gerados em cada exercício são reconhecidos de forma imediata no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes).
A seguir, apresentamos informações resumidas dos planos de previdência e outros benefícios pós-emprego.
c.1) Planos de benefícios de saúde pós-emprego
A avaliação atuarial efetuada para o plano de saúde PAMA utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 de agosto de 2020, enquanto a avaliação atuarial efetuada para o plano de saúde Lei nº 9.656/98 utilizou o cadastro dos participantes com data base de 30 de setembro de 2020, ambos projetados para 31 de dezembro de 2020. Para o exercício comparativo, a avaliação atuarial efetuada para o plano de saúde PAMA utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 de outubro de 2019, enquanto a avaliação atuarial efetuada para o plano de saúde Lei nº 9.656/98 utilizou o cadastro dos participantes com data base de 30 de setembro de 2019, ambos projetados para 31 de dezembro de 2019.
c.1.1) Plano de Assistência Médica ao Aposentado e Programa de Coberturas Especiais (PAMA e PAMA-PCE)
A Companhia, juntamente com outras empresas do antigo Sistema Telebrás, a custo compartilhado, patrocina planos de assistência médica (PAMA e PAMA-PCE) aos aposentados. Estes planos são administrados pela Sistel e têm status de planos fechados, não admitindo novas adesões.
As contribuições aos planos são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é fixada em percentual de desconto sobre a folha de salários dos seus empregados participantes ativos vinculados ao plano Telefônica BD.
c.1.2) Plano de assistência médica - Lei nº 9.656/98
Em atendimento à Lei nº 9.656/98, a Companhia administra e patrocina, juntamente com suas controladas, plano de assistência médica aos aposentados e destigados que efetuam contribuição fixa para o plano.
Conforme previsão dos artigos 30 e 31 da referida Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tinha direito enquanto empregado ativo. Os participantes em fase de benefício são classificados em (i) aposentados e seus dependentes; e (ii) demitidos e seus dependentes.
Os aposentados e demitidos, para manutenção de seus direitos aos benefícios, deverão efetuar contribuições ao plano de acordo com as tabelas de contribuição por faixa etária determinadas pelas operadoras e/ou seguradoras.
c.2) Planos de previdência pós-emprego
A avaliação atuarial efetuada para os planos de previdência (CTB, PBS-A, Telefônica BD e Planos Visão) utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 de julho de 2020, projetado para 31 de dezembro de 2020 e o cadastro dos participantes com data base 31 de julho de 2019, projetado para 31 de dezembro de 2019.
Os planos de previdência pós-emprego incluem: PBS Assistidos ("PBS-A"), CTB, Telefônica BD e Visão.
c.2.1) Plano PBS Assistidos (PBS-A)
O PBS-A é um plano de benefício definido de complementação previdenciária administrado pela Sistel e patrocinado pela Companhia, solidariamente com as demais empresas de telecomunicações originadas de privatização do sistema Telebrás. O PBS-A está sujeito a aportes de recursos das patrocinadoras, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.
O PBS-A é composto por participantes assistidos do plano de benefícios da Sistel que já estavam na condição de aposentados em 31 de janeiro de 2000, originários de todas as patrocinadoras participantes, mantida a solidariedade de todas as patrocinadoras do plano, entre si, e com a Sistel.
Conforme Portaria Nº 1.061 da PREVIC, de 05 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União ("DOU") em 9 de dezembro de 2019, a Sistel aprovou distribuição de parte de seu *superávit*, na forma de reserva especial do PBS-A, com reversão de valores às patrocinadoras e melhoria de benefícios, na forma de renda temporária, aos assistidos. A participação correspondente à Companhia na distribuição dessa reserva foi calculada no valor de R$215.328, com distribuição prevista na forma de 36 pagamentos mensais, corrigidas pelo rendimento do plano (Nota 10).
Mesmo considerando a distribuição da reserva aprovada pela PREVIC, o PBS-A ainda apresenta ativos superiores às obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Esses excedentes não foram reconhecidos em virtude da falta de previsão legal de seu reembolso e, por não ser um plano contributivo, não é possível nenhum abatimento em futuras contribuições.
c.2.2) Plano CTB ("CTB")
As contribuições aos planos CTB são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é fixada em percentual de desconto sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano.
A Companhia administra e patrocina, individualmente, o plano CTB, plano oferecido originalmente aos antigos empregados da Companhia Telefônica Brasileira que estavam na empresa em 1977, com os quais foi firmado contrato individual de concessão da aposentadoria para incentivar o desligamento desses empregados. Trata-se de um benefício informal de complementação de aposentadoria pago aos ex-empregados diretamente pela Companhia. Estes planos têm status de planos fechados, não admitindo novas adesões.
c.2.3) Plano Telefônica BD
A Companhia patrocina, individualmente, plano de benefício definido de benefícios previdenciários, o plano Telefônica BD.
Visando aprimorar a alocação dos ativos do plano Telefônica BD e analisar a taxa de cobertura das obrigações do plano nos próximos anos, foi conduzido um estudo de ALM estocástico pela Visão Prev e pela Willis Towers Watson. Esse estudo de ALM objetivou verificar a projeção da relação entre cobertura do passivo (índice de solvência) e o risco de descasamento, medido pelo desvio padrão do índice de solvência. O estudo concluiu que o plano apresenta trajetória sustentável de sua taxa de cobertura com a carteira atual de investimentos.
No momento da concessão, é calculado um benefício, que será pago de forma vitalícia e atualizado pela inflação. Este plano não está aberto a novas adesões.
As contribuições são definidas conforme o plano de custeio, que é calculado considerando hipóteses financeiras, demográficas e econômicas com o objetivo de acumular recursos suficientes para o pagamento do benefício para os participantes que já estão recebendo e para as novas aposentadorias.
c.2.4) Planos Visão
Os planos Visão Telefônica e Visão Multi, por sua similaridade, passarão a ser demonstrados a seguir conjuntamente sob a denominação Visão.
A Companhia e suas controladas patrocinam planos de contribuição definida com componentes de benefícios definidos (planos híbridos) de benefícios previdenciários, os planos Visão, administrados pela Visão Prev. A contribuição é atribuída a cada controlada na proporção econômica e demográfica de sua respectiva obrigação com o plano.
As contribuições realizadas pela Companhia e suas controladas referente às parcelas de contribuição definida totalizaram R$40.893 em 31 de dezembro de 2020 (R$27.963 em 31 de dezembro de 2019).
As contribuições aos planos Visão Telefônica e Visão Multi são: (i) contribuição básica e adicional, com contribuições efetuadas pelo participante e patrocinadora; e (ii) contribuição suplementar, esporádica e específica, com contribuição efetuada apenas pelo participante.
Além disso, o participante tem a possibilidade de escolher um dos cinco perfis de investimento para aplicar o seu saldo, são eles: superconservador, conservador, moderado, agressivo e agressivo renda fixa longo prazo.
c.3) Informações consolidadas dos planos de previdência e de outros benefícios pós-emprego
c.3.1) Conciliação dos passivos (ativos), líquidos

	Consolidado					
	31.12.20			31.12.19		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Valor presente de obrigação por benefício definido	2.238.700	1.863.359	4.102.059	2.429.478	2.016.614	4.446.092
Valor justo dos ativos dos planos	3.411.297	1.004.048	4.415.345	3.695.914	1.001.112	4.698.026
Passivo (ativo) líquido	(1.172.597)	859.311	(313.286)	(1.267.436)	1.015.502	(251.934)
Limitador dos ativos	1.081.325	21.480	1.102.805	1.128.691	57.371	1.186.062
Ativo circulante	(82.935)	-	(82.935)	(71.778)	-	(71.778)
Ativo não circulante	(82.127)	-	(82.127)	(149.163)	-	(149.163)
Passivo circulante	6.475	15.680	22.155	6.937	18.620	25.557
Passivo não circulante	67.315	865.111	932.426	75.257	1.054.253	1.129.510

c.3.2) Total de despesa reconhecida na demonstração dos resultados

	Consolidado					
	2020			2019		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Custo do serviço corrente	3.036	26.576	29.612	3.155	16.293	19.448
Juros líquidos sobre o ativo/ passivo atuarial líquidos	(10.385)	82.151	71.766	5.713	56.612	62.325
Total	(7.349)	108.727	101.378	8.868	72.905	81.773

continua

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 24 de fevereiro de 2021 às 00:42:16

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo
Certifico o registro sob o nº 138.172/21-3 em 12/03/2021 da empresa TELEFONICA BRASIL S.A., NIRE nº 35300158814, protocolado sob o nº 0191826212. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/03/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 149638915. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/125650604216525474027

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 125650604216525474027-17
Data: 06/04/2021 08:59:36
Valor Total do Ato: R$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALI65625-EO04;
CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular
TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em terça-feira, 6 de abril de 2021 09:03:04 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

continuação

Telefônica

Telefônica Brasil S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE nº 35.3.0015881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

c.3.3) Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes

	Consolidado 2020			Consolidado 2019		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Ganhos (perdas) atuariais	114.556	(256.010)	(141.454)	(188.889)	412.416	223.527
Efeito limitador	(128.320)	(40.137)	(168.457)	(24.297)	2.430	(21.867)
Total	(13.764)	(296.147)	(309.911)	(213.186)	414.846	201.660

c.3.4) Movimentação do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido

	Consolidado 31.12.20			Consolidado 31.12.19		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido no início do exercício	(138.745)	1.072.873	934.128	68.368	600.113	668.481
Combinação de negócios	-	-	-	-	1.994	1.994
Despesas no exercício	(7.349)	108.727	101.378	8.868	72.905	81.773
Contribuições das patrocinadoras	(8.229)	(4.662)	(12.891)	(8.776)	(16.985)	(25.761)
Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	(13.764)	(296.147)	(309.911)	(213.186)	414.846	201.660
Distribuição de reservas	76.815	-	76.815	5.981	-	5.981
Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido ao final do exercício	(91.272)	880.791	789.519	(138.745)	1.072.873	934.128
Ativo atuarial reconhecido no balanço	(165.062)	-	(165.062)	(220.939)	-	(220.939)
Passivo atuarial reconhecido no balanço	73.790	880.791	954.581	82.194	1.072.873	1.155.067

c.3.5) Movimentação do passivo de benefício definido

	Consolidado 31.12.20			Consolidado 31.12.19		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Passivo de benefício definido no início do exercício	2.429.478	2.016.614	4.446.092	2.011.355	1.313.157	3.324.512
Obrigação assumida por aquisição de sociedade	-	-	-	-	1.994	1.994
Custo do serviço corrente	3.036	26.576	29.612	3.155	16.293	19.448
Juros sobre o passivo atuarial	167.991	150.510	318.501	175.695	121.088	296.783
Benefícios pagos	(171.177)	(48.101)	(219.278)	(165.929)	(53.724)	(219.653)
Contribuições de participantes vertidas	346	-	346	323	-	323
Perdas atuariais ajustadas pela experiência	(70.783)	(33.088)	(103.871)	93.699	226.928	320.627
Perdas (ganhos) atuariais ajustadas por premissas demográficas	(8.378)	(52.071)	(60.449)	-	(44.249)	(44.249)
Perdas atuariais ajustadas por premissas financeiras	(111.813)	(197.081)	(308.894)	311.180	435.127	746.307
Passivo de benefício definido no final do exercício	2.238.700	1.863.359	4.102.059	2.429.478	2.016.614	4.446.092

c.3.6) Movimentação do valor justo dos ativos dos planos

	Consolidado 31.12.20			Consolidado 31.12.19		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	3.696.914	1.001.112	4.698.026	2.999.669	763.325	3.762.994
Benefícios pagos	(164.587)	(43.477)	(208.064)	(159.001)	(36.774)	(195.775)
Contribuições de participantes vertidas	346	-	346	323	-	323
Contribuições de patrocinador vertidas	1.638	38	1.676	1.848	35	1.883
Receitas esperadas de juros sobre os ativos dos planos	259.331	72.604	331.935	266.267	69.137	335.424
Retorno sobre os ativos dos planos, acima das receitas de juros esperadas	(305.530)	(26.229)	(331.759)	593.769	205.389	799.158
Distribuição de reservas	(76.815)	-	(76.815)	(5.981)	-	(5.981)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	3.411.297	1.004.048	4.415.345	3.696.914	1.001.112	4.698.026

c.3.7) Movimentação do limitador de ativos

	Consolidado 31.12.20			Consolidado 31.12.19		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Limitador dos ativos no início do exercício	1.128.691	57.371	1.186.062	1.056.682	50.281	1.106.963
Juros sobre o efeito limitador de ativos	80.954	4.246	85.200	96.306	4.661	100.967
Mudanças no efeito limitador de ativos, exceto juros	(128.320)	(40.137)	(168.457)	(24.297)	2.429	(21.868)
Limitador dos ativos ao final do exercício	1.081.325	21.480	1.102.805	1.128.691	57.371	1.186.062

c.3.8) Resultados previstos para o exercício de 2021

	Consolidado		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Custo do serviço corrente	2.183	21.361	23.544
Juros líquidos sobre o valor do passivo/ativo de benefício definido líquido	7.062	70.436	77.498
Total	9.245	91.797	101.042

c.3.9) Contribuições das patrocinadoras previstas para o exercício de 2021

	Consolidado		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Contribuições das patrocinadoras	1.670	6.475	8.145
Benefícios pagos diretamente pelo patrocinador	-	15.686	15.686
Total	1.670	22.161	23.831

c.3.10) Duração média ponderada da obrigação de benefício definido

	Consolidado	
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego
No exercício de 2020	7,9 anos	16,3 anos
No exercício de 2019	8,3 anos	18,1 anos

c.3.11) Premissas atuariais

	Consolidado 31.12.20	
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego
Taxa para desconto a valor presente do passivo de benefício definido	Visão: 6,4% / PBS-A: 7,4% / Telefônica BD: 7,7% / CTB: 7,0% CTB e PBS-A: N/A / Visão Telefônica: 4,8% / Visão Multi:	PAMA e PCE: 7,7% / Lei 9.656/98: 7,9%
Taxa de crescimento salarial futuro	6,4% / Telefônica BD: 4,6%	N/A
Taxa de crescimento dos custos médicos	N/A	6,6%
Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	3,5%	N/A
Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	N/A	Participantes do sexo feminino: 59 anos Participantes do sexo masculino: 63 anos
Idade prevista para aposentadoria	PBS-A, CTB e Telefônica BD: 57 anos Visão: 60 anos	Participantes do sexo feminino: 59 anos Participantes do sexo masculino: 63 anos
Tábua de mortalidade de válidos	PBS-A, CTB e Telefônica BD: AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10% Visão: AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 50%	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	PBS-A, CTB e Telefônica BD: RP-2000 *Disabled* Masculina, suavizada em 60% Visão: N/A	PAMA e PCE: RP-2000 *Disabled* Masculina, suavizada em 40% Lei 9.656/98: RP-2000 *Disabled* Masculina, suavizada em 60%
Tábua de entrada em invalidez	Telefônica BD: Light-Forte PBS-A e CTB: N/A Visão Telefônica: Álvaro Vindas, suavizada em 50% Visão Multi: Light-Fraca, suavizada em 50%	Light-Forte
Rotatividade	PBS-A, CTB e Telefônica BD: N/A Visão: Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)	PAMA e PCE: N/A Lei 9.656/98: Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)

Além das premissas apresentadas no quadro acima, para 2020 foram adotadas outras premissas comuns a todos os planos, como segue: (i) taxa de inflação de longo prazo: 3,5%; e (ii) agravamento anual na utilização dos serviços médicos conforme a idade: 4,0%.

	Consolidado 31.12.19	
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego
Taxa para desconto a valor presente do passivo de benefício definido	Visão: 6,6% / PBS-A e Telefônica BD: 7,2% / CTB: 7,0% CTB e PBS-A: N/A / Visão e	PAMA e PCE: 7,4% / Lei 9.656/98: 7,5%
Taxa de crescimento salarial futuro	Telefônica BD: 5,5%	N/A
Taxa de crescimento dos custos médicos	N/A	6,9%
Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	3,8%	N/A
Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	N/A	Participantes do sexo feminino: 59 anos Participantes do sexo masculino: 63 anos
Idade prevista para aposentadoria	PBS-A, CTB e Telefônica BD: 57 anos Visão: 60 anos	Participantes do sexo feminino: 59 anos Participantes do sexo masculino: 63 anos
Tábua de mortalidade de válidos	PBS-A, CTB e Telefônica BD: AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10% Visão: AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 50%	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	PBS-A, CTB e Telefônica BD: RP-2000 *Disabled* Feminina, suavizada em 40% Visão: N/A	RP-2000 *Disabled* Feminina, suavizada em 40%
Tábua de entrada em invalidez	Telefônica BD: Light-Forte PBS-A e CTB: N/A Visão: Light-Fraca, suavizada em 30%	Light-Forte
Rotatividade	PBS-A, CTB e Telefônica BD: N/A Visão: Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)	PAMA e PCE: N/A Lei 9.656/98: Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)

Além das premissas apresentadas no quadro acima, para 2019 foram adotadas outras premissas comuns a todos os planos, como segue: (i) taxa de inflação de longo prazo: 3,8%; e (ii) agravamento anual na utilização dos serviços médicos conforme a idade: 4,0%.

c.3.12) Mudanças em premissas atuariais em relação ao exercício anterior

Com o intuito de adequar algumas premissas atuariais à realidade econômica e financeira, foi realizado estudo de aderência para os planos administrados pela Visão Prev e Sistel, as quais aprovaram a definição das premissas em seus Conselhos Deliberativos.

As principais premissas econômicas e financeiras que sofreram alterações em relação ao exercício anterior e que interferem no passivo de benefício definido são: (i) taxas para desconto a valor presente do passivo de benefício definido; (ii) taxa de inflação de longo prazo; (iii) taxa de crescimento salarial futuro; (iv) taxa de crescimento dos custos médicos; e (v) índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários.

A seguir, apresentamos os impactos sobre o passivo de benefício definido dos planos em função da nova definição das premissas atuariais.

	Consolidado		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Passivo de benefício definido, com base nas premissas atuariais do exercício corrente	2.238.700	1.863.359	4.102.059
Passivo de benefício definido, com base nas premissas atuariais do exercício anterior	2.358.891	2.112.510	4.471.401
Variação observada pela alteração das premissas atuariais	(120.191)	(249.151)	(369.342)

c.3.13) Análise de sensibilidade de premissas atuariais

A Companhia julga que as premissas atuariais significativas, com possibilidade razoável de variações frente aos cenários demográficos e econômicos, e que poderiam alterar significativamente o montante da obrigação de benefício definido são a taxa de desconto utilizada para ajuste a valor presente do passivo de benefício definido e a taxa de crescimento dos custos médicos.

A seguir, apresentamos análise de sensibilidade sobre a obrigação de benefício definido para os cenários de aumento de 0,5% e redução de 0,5% na taxa de desconto utilizada para ajuste a valor presente do passivo de benefício definido.

	Consolidado		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Passivo de benefício definido, descontado a valor presente pela taxa atual	2.238.700	1.863.359	4.102.059
Passivo de benefício definido, considerando-se uma taxa aumentada em 0,5%	2.152.416	1.729.350	3.881.766
Passivo de benefício definido, considerando-se uma taxa reduzida em 0,5%	2.332.035	2.012.077	4.344.112

A seguir, apresentamos análise de sensibilidade sobre a obrigação de benefício definido para os cenários de aumento de 1% e redução de 1% na taxa de crescimento dos custos médicos.

	Consolidado		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Passivo de benefício definido, projetado pela taxa de crescimento dos custos médicos atual	2.238.700	1.863.359	4.102.059
Passivo de benefício definido, considerando-se uma taxa aumentada em 1%	2.238.700	2.176.479	4.415.179
Passivo de benefício definido, considerando-se uma taxa reduzida em 1%	2.238.700	1.611.501	3.850.201

continua

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 24 de fevereiro de 2021 às 00:42:16

Certifico o registro sob o nº 138.172/21-3 em 12/03/2021 da empresa TELEFONICA BRASIL S.A., NIRE nº 35300158814, protocolado sob o nº 0191826212. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/03/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 149638915. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/125650604216525474027

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 125650604216525474027-18
Data: 06/04/2021 08:59:36
Valor Total do Ato: R$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALI65626-1TDT;
CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular
TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em terça-feira, 6 de abril de 2021 09:03:04 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

continuação

Telefônica

Telefônica Brasil S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015881-6

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

c.3.14) Alocação dos ativos dos planos

	Consolidado			
	31.12.20		31.12.19	
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego
Investimentos com valor de mercado cotados em mercado ativo:				
Investimentos em renda fixa				
Nota do Tesouro Nacional (NTN)	2.878.204	938.986	3.057.926	940.144
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	183.744	65.062	270.676	60.968
Operações Compromissadas	171.534	-	172.895	-
Debêntures	22.104	-	16.818	-
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	15.099	-	14.238	-
Quotas FIDC / Outros	22.815	-	24.517	-
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	167	-	282	-
Investimentos em renda variável				
Investimentos atreladas a fundos e índices de mercado	5.678	-	6.265	-
Investimentos em diversos setores da economia	286	-	622	-
Investimentos em imóveis	90.325	-	100.701	-
Empréstimos a participantes	19.374	-	19.870	-
Investimentos estruturados e no exterior	1.967	-	2.104	-
Total	3.411.297	1.004.048	3.696.914	1.001.112

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE CAPITAL E RISCOS

a) Política contábil

a.1) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado nas seguintes categorias de mensuração: (i) a valor justo por meio do resultado; (ii) a custo amortizado; ou (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme a situação.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características de fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de cada instrumento financeiro.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

Os ativos financeiros consolidados da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, aplicações financeiras em garantia e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo os juros, é reconhecido diretamente no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: são subsequentemente mensurados a custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes: são subsequentemente mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros são calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

Desreconhecimento (baixas)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou
- ocorrer a transferência dos direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou a assunção da obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (i) ocorrer a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) não ocorrer a transferência nem a retenção substancial de todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável dos ativos financeiros

A Companhia e suas controladas aplicam um modelo de *impairment* para ativos financeiros com base nas perdas de crédito esperadas, usando um método simplificado para certos ativos de curto e longo prazo (recebíveis comerciais, recebíveis de arrendamentos e ativos contratuais).

De acordo com essa abordagem simplificada, a redução do valor recuperável é reconhecida por referência às perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil do ativo. Para esse fim, a Companhia e suas controladas utilizam matrizes baseadas na experiência histórica de inadimplência em um portfólio segmentado por categoria de cliente, de acordo com o padrão de crédito. A matriz para cada categoria tem um horizonte de tempo definido, dividido em intervalos, de acordo com a política de gerenciamento de coleta e é alimentada com dados históricos que cobrem pelo menos 24 ciclos de coleta. Esses dados são atualizados regularmente. Com base nas informações observáveis a cada fechamento, a Companhia e suas controladas avaliam a necessidade de ajustar as taxas resultantes desses matrizes, considerando as condições atuais e as projeções econômicas futuras.

a.2) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, um passivo financeiro é classificado nas seguintes categorias de mensuração: (i) a valor justo por meio do resultado; (ii) ao custo amortizado; ou (iii) derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo de transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros consolidados da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos, contraprestação contingente (quando aplicável) e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados, exceto aqueles designados como instrumentos financeiros derivativos de *cash flow hedge*. Os juros, variações monetárias e cambiais e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidas no resultado, quando incorridos.

Passivos financeiros a custo amortizado: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixas)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração dos resultados.

a.3) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; e (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível à Companhia e/ou suas controladas.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da melhor utilização possível do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de melhor forma possível.

A Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de insumos observáveis relevantes e minimizando o uso de insumos não observáveis.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia e suas controladas determinam se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativo para mensuração do valor justo como um todo) a cada encerramento do exercício.

A Companhia e suas controladas avaliaram seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas a cada tipo de instrumento. Entretanto, tanto as interpretações dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

O valor justo para todos os ativos e passivos é categorizado dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a Companhia e suas controladas possam ter acesso na data da mensuração;

Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não ocorreram transferências de avaliações de valor justo entre os níveis citados anteriormente.

a.4) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

a.5) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

Um relacionamento de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade: (i) existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*; (ii) o efeito do risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica; e (iii) o índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a Companhia efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido.

A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma em que a Companhia avaliará a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge* ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*.

No reconhecimento inicial de um relacionamento de *hedge*, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual desejam aplicar contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como *swaps* de moeda e taxa de juros e contratos a termo de moeda para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação, sendo subsequentemente, remensurados ao valor justo.

Instrumentos financeiros derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de instrumentos financeiros derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração dos resultados, com exceção da parcela eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item de *hedge* afetar o resultado.

Para fins de contabilidade de *hedge*, podemos classificar como: *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* a valor justo.

Hedges de fluxo de caixa

Hedges de fluxo de caixa que satisfazem os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma: (i) a parte eficaz do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes); e (ii) a parte ineficaz do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* é reconhecida no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

Quando a estratégia documentada da gestão de risco para uma relação de *hedge* em particular excluir da avaliação da eficácia de *hedge* um componente específico do ganho ou perda, ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de *hedge*, esse componente do ganho ou perda excluídos é reconhecido no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração dos resultados quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado. Quando o item objeto de *hedge* for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

Se o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de *hedging*), ou se a sua classificação como *hedge* for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de *hedge*, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido.

Os contratos da Companhia são classificados como *hedges* de fluxo de caixa, quando fornecem proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um passivo reconhecido que possa afetar o resultado, e de valor justo quando fornecem proteção contra a exposição às alterações no valor justo de parte identificada de certos passivos que seja atribuível a um risco particular (variação cambial) e possa afetar o resultado.

Hedges de valor justo

Hedges de valor justo que satisfazem os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma: (i) o ganho ou a perda resultante das mudanças do valor justo de um instrumento de *hedge* é reconhecido no resultado financeiro na demonstração dos resultados; e (ii) o ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto é registrada como ajuste do valor contábil do item coberto e reconhecido no resultado financeiro na demonstração dos resultados.

Para *hedges* a valor justo relacionados com itens contabilizados a custo amortizado, eventuais ajustes a valor contábil são amortizados por meio do resultado ao longo do prazo restante do *hedge* utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ter início tão logo se faça um ajuste e durará, no máximo, até a data em que o item objeto de *hedge* deixa de ser ajustado para refletir mudanças no valor justo atribuível ao risco que está sendo objeto de *hedge*.

Se o item objeto de *hedge* for baixado, o valor justo não amortizado deverá ser reconhecido imediatamente na demonstração dos resultados.

Quando um compromisso firme não reconhecido for designado como item objeto de *hedge*, a variação acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco objeto de *hedge* será reconhecida como ativo ou passivo, com reconhecimento do correspondente ganho ou perda na demonstração dos resultados.

Classificação entre circulante e não circulante

Instrumentos financeiros derivativos são classificados como circulante e não circulante com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados.

Quando um instrumento financeiro derivativo como *hedge* econômico (e não aplicar contabilidade de *hedge*), for mantido por um período superior a 12 meses após a data do balanço, será classificado como não circulante (ou segregado em parcela circulante e não circulante), consistentemente com a classificação do item correspondente.

Os instrumentos financeiros derivativos e classificados como *hedge* eficazes, são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item objeto de *hedge*.

O instrumento financeiro derivativo é segregado em parcela de circulante e não circulante apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

b) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado nos instrumentos financeiros.

c) Instrumentos financeiros derivativos

As contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia têm principalmente o objetivo de proteção de risco cambial decorrentes de ativos e passivos em moeda estrangeira e proteção ao risco de variação de inflação de arrendamento mercantil indexados ao IPCA. Não há, instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e os possíveis riscos cambiais estão protegidos (*hedges*).

A Companhia mantém controles internos com relação aos seus instrumentos financeiros derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação aos seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

Desde que estes contratos de instrumentos financeiros derivativos sejam qualificados como contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), o risco coberto pode também ser ajustado a valor justo, compensando o resultado dos instrumentos financeiros derivativos, conforme as regras de *hedge accounting*. Essa contabilidade de *hedge* se aplica tanto a passivos financeiros quanto aos fluxos de caixa prováveis em moeda estrangeira.

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições financeiras é caracterizada por descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não possuía contratos de instrumentos financeiros derivativos embutidos.

continua

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 24 de fevereiro de 2021 às 00:42:16

Certifico o registro sob o nº 138.172/21-3 em 12/03/2021 da empresa TELEFONICA BRASIL S.A., NIRE nº 35300158814, protocolado sob o nº 0191826212. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/03/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 149638915. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/125650604216525474027

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 125650604216525474027-19
Data: 06/04/2021 08:59:36
Valor Total do Ato: R$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALI65627-YZ04;
CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular
TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em terça-feira, 6 de abril de 2021 09:03:04 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

continuação

Telefônica

Telefônica Brasil S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE: 35.3.0015887-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

c.1) Valores justos dos instrumentos financeiros
O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos passivos financeiros (quando aplicável) e instrumentos financeiros derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço.
Os valores justos das posições em reais são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da B3 e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para swaps, divulgadas pela B3.
Os valores de mercado dos instrumentos financeiros derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de cupom de moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas ao CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis.
Os instrumentos financeiros derivativos consolidados abaixo estão registrados na B3, sendo classificados como *swaps*, usualmente, não requerendo depósitos de margem.

	Consolidado			
			Efeito acumulado do valor justo	
	Valor de referência		Valor a receber (a pagar)	
Descrição	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Contratos de *swaps*				
Ponta Ativa	**411.650**	**515.261**	**69.416**	**72.163**
Moeda estrangeira	316.322	72.790	1.265	-
US$ (1)	97.753	72.790	306	-
EUR (1)	91.863	-	888	-
NDF US$ (3)	126.706	-	71	-
Taxa pós	44.560	369.491	127	1.818
CDI (1)	44.560	369.491	127	1.818
Índices de inflação	50.768	72.980	68.024	70.345
IPCA (2)	50.768	72.980	68.024	70.345
Ponta Passiva	**(411.650)**	**(515.261)**	**(74.980)**	**(56.133)**
Taxa pós	(240.384)	(145.770)	(67.609)	(56.133)
CDI (1) (2)	(240.384)	(145.770)	(67.609)	(56.133)
Taxa pré	(126.706)	-	(6.662)	-
NDF US$ (3)	(126.706)	-	(6.662)	-
Moeda estrangeira	(44.560)	(369.491)	(709)	-
US$ (1)	(44.560)	(365.161)	(709)	-
EUR (1)	-	(4.330)	-	-
Ponta ativa			**69.416**	**72.163**
Circulante			5.902	19.282
Não Circulante			63.514	52.881
Ponta passiva			**(74.980)**	**(56.133)**
Circulante			(8.864)	(1.921)
Não Circulante			(66.116)	(54.212)
Valores a receber (pagar), líquidos			**(5.564)**	**16.030**

(1) Swap de moeda estrangeira (euro e CDI x euro) (R$92.924) e (dólar e CDI x dólar) (R$51.545) - operações de *swap* contratadas com vencimentos até 19 de fevereiro de 2021, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de valores líquidos a pagar (valor contábil de R$92.928 em euro e libra, e de R$51.545 em dólar).
(2) Swap IPCA x CDI (R$246.816) - operações de *swap* contratadas com vencimentos em 2033 com o objetivo de proteger o risco de variação do IPCA (valor contábil de R$276.167).
(3) NDF US$ x R$ (R$119.838) - operações a termo contratadas com vencimentos até 11 de junho de 2021, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de contratos de serviços (valor contábil de R$119.838 em dólar).
A seguir, apresentamos a distribuição dos vencimentos dos contratos de swap e opções em 31 de dezembro de 2020.

	Consolidado						
	Vencimento em						
Contrato de swap	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026 em diante**	**Valor a receber (pagar) em 31.12.20**
Moeda Estrangeira x CDI	(299)	-	-	-	-	-	(299)
CDI x Moeda Estrangeira	(582)	-	-	-	-	-	(582)
IPCA x CDI	4.510	5.015	5.160	5.137	5.076	(22.990)	1.908
NDF US$ x Pré	(6.591)	-	-	-	-	-	(6.591)
Total	**(2.862)**	**5.015**	**5.160**	**5.137**	**5.076**	**(22.990)**	**(5.564)**

Para fins de preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou a metodologia de contabilidade de *hedge* de valor justo para os seus *swaps* de moeda estrangeira x CDI e IPCA x CDI destinados à cobertura de dívida financeira. Nessa sistemática, tanto o derivativo quanto o risco coberto são valorados pelo seu valor justo.
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os instrumentos financeiros derivativos geraram resultados líquidos consolidados positivos de R$2.034 e R$51.963, respectivamente (nota 27).

c.2) Análise de sensibilidade as variáveis de risco da Companhia
Nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475/08 as companhias abertas devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.
Em cumprimento ao disposto acima, cada uma das operações com instrumentos financeiros derivativos foi avaliada considerando um cenário de realização provável e dois cenários que possam gerar resultados adversos para a Companhia.
No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da B3, assim como dados disponíveis no IBGE, Banco Central, FGV, entre outras. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos já apresentados anteriormente. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução de CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.
Como a Companhia possui somente instrumentos financeiros derivativos para proteção de seus ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulga a seguir a exposição líquida consolidada em cada um dos três cenários mencionados em 31 de dezembro de 2020.

		Consolidado		
			Deterioração	Deterioração
Operação	**Fatores de Risco**	**Provável**	**25%**	**50%**
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização EUR)	92.924	116.155	139.386
Contas a pagar em EUR	Dívida (Risco valorização EUR)	(94.517)	(118.146)	(141.777)
Contas a receber em EUR	Dívida (Risco desvalorização EUR)	1.549	1.937	2.324
	Exposição Líquida	**(44)**	**(54)**	**(67)**
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização US$)	51.545	64.431	77.318
Contas a pagar em US$	Dívida (Risco valorização US$)	(284.102)	(355.127)	(426.153)
Contas a receber em US$	Dívida (Risco desvalorização US$)	232.557	290.695	348.835
	Exposição Líquida	**-**	**-**	**-**
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda IPCA)	246.815	233.184	220.868
Dívida em IPCA	Dívidas (Risco aumento IPCA)	(276.167)	(262.536)	(250.220)
	Exposição Líquida	**(29.352)**	**(29.352)**	**(29.352)**
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda US$)	119.838	149.798	179.757
OPex em US$	OPex (Risco aumento US$)	(119.838)	(149.798)	(179.757)
	Exposição Líquida	**-**	**-**	**-**
Hedge (ponta CDI)				
Hedge US$ e EUR (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	205.654	205.655	205.656
Hedge IPCA (ponta passiva)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(246.816)	(233.184)	(220.868)
	Exposição líquida	**(41.162)**	**(27.529)**	**(15.212)**
Exposição líquida total em cada cenário		**(70.558)**	**(56.935)**	**(44.631)**
Efeito líquido na variação do valor justo atual		**-**	**13.623**	**25.927**

As premissas utilizadas pela Companhia para a análise de sensibilidade em 31 de dezembro de 2020 foram as seguintes:

Variável de Risco	**Provável**	**Deterioração 25%**	**Deterioração 50%**
US$	5,1967	6,4959	7,7951
EUR	6,3756	7,9695	9,5634
IPCA	4,31%	5,39%	6,47%
IGPM	23,14%	28,93%	34,71%
CDI	1,90%	2,38%	2,85%

Para cálculo de exposição líquida da análise de sensibilidade, todos os instrumentos financeiros derivativos foram considerados a valor de mercado e apenas os elementos protegidos designados sob a metodologia de contabilidade de *hedge* de valor justo também foram considerados pelo seu valor justo.

Os valores justos, demonstrados no quadro acima, partem de uma posição da carteira em 31 de dezembro de 2020, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia. A utilização de diferentes premissas pode alterar significativamente as estimativas.
d) Classificação dos ativos e passivos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo
Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia e suas controladas determinaram classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível de hierarquia do valor justo.
A seguir, apresentamos a composição e classificação dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

			Controladora			
			Saldo contábil		Valor justo	
	Classificação por categoria	**Hierarquia de valor justo**	**31.12.20**	**31.12.19**	**31.12.20**	**31.12.19**
Ativos Financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	Custo amortizado		5.517.354	3.106.269	5.517.354	3.106.269
Contas a receber (nota 4)	Custo amortizado		8.174.784	8.675.720	8.174.784	8.675.720
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	5.902	19.282	5.902	19.282
Não Circulante						
Aplicações financeiras em garantia	Custo amortizado		46.051	63.558	46.051	63.558
Contas a receber (nota 4)	Custo amortizado		379.898	440.453	379.898	440.453
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	63.514	52.881	63.514	52.881
Total de ativos financeiros			**14.187.503**	**12.358.163**	**14.187.503**	**12.358.163**
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores (nota 16)	Custo amortizado		6.636.448	6.917.252	6.636.448	6.917.252
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 20)	Custo amortizado		375.756	1.019.497	375.772	1.021.245
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	2.260.404	2.029.246	2.260.404	2.029.246
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado		1.044.668	1.077.183	1.030.528	1.104.539
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	8.864	1.921	8.864	1.921
Não Circulante						
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 20)	Custo amortizado		51	24.951	49	23.966
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	8.555.044	7.161.875	8.555.044	7.161.875
Contraprestação contingente (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	-	484.048	-	484.048
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado		999.908	2.027.167	986.662	1.948.705
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	66.116	54.212	66.116	54.212
Total de passivos financeiros			**19.947.259**	**20.797.352**	**19.919.887**	**20.747.009**

			Consolidado			
			Saldo contábil		Valor justo	
	Classificação por categoria	**Hierarquia de valor justo**	**31.12.20**	**31.12.19**	**31.12.20**	**31.12.19**
Ativos Financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	Custo amortizado		5.782.081	3.393.377	5.782.081	3.393.377
Contas a receber (nota 4)	Custo amortizado		8.182.667	8.719.497	8.182.667	8.719.497
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	5.902	19.282	5.902	19.282
Não Circulante						
Aplicações financeiras em garantia	Custo amortizado		46.280	63.766	46.280	63.766
Contas a receber (nota 4)	Custo amortizado		379.898	440.453	379.898	440.453
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	63.514	52.881	63.514	52.881
Total de ativos financeiros			**14.440.342**	**12.689.256**	**14.440.342**	**12.689.256**
Passivos Financeiros						
Circulante						
Fornecedores (nota 16)	Custo amortizado		6.613.004	6.871.799	6.613.004	6.871.799
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 20)	Custo amortizado		375.756	1.020.061	375.772	1.021.810
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	2.262.048	2.029.246	2.262.048	2.029.246
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado		1.044.668	1.077.183	1.030.528	1.104.539
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	8.864	1.921	8.864	1.921
Não Circulante						
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 20)	Custo amortizado		51	25.093	49	24.106
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	8.556.735	7.161.875	8.556.735	7.161.875
Contraprestação contingente (nota 20)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	-	484.048	-	484.048
Debêntures (nota 20)	Custo amortizado		999.908	2.027.167	986.662	1.948.705
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	66.116	54.212	66.116	54.212
Total de passivos financeiros			**19.927.150**	**20.752.605**	**19.899.778**	**20.702.261**

e) Gestão de capital
O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.
A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de debêntures e a contratação de instrumentos financeiros derivativos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.
A Companhia inclui na estrutura de dívida líquida os saldos de: empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos, contraprestação contingente e instrumentos financeiros derivativos, deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras em garantia ao financiamento do BNB, contas a receber de direitos creditórios (FIDC) e ativo garantidor do passivo de contraprestação contingente.
Em 2020, houve a decisão favorável e conversão em renda para a Companhia do depósito judicial garantidor do passivo de contraprestação contingente (nota 9) e, consequentemente houve o pagamento do montante de contraprestação contingente à Vivendi (nota 20).
Os índices de endividamento líquido da controladora e consolidado sobre o patrimônio líquido da Companhia são compostos das seguintes formas:

continua

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 24 de fevereiro de 2021 às 00:42:16

Certifico o registro sob o nº 138.172/21-3 em 12/03/2021 da empresa TELEFONICA BRASIL S.A., NIRE nº 35300158814, protocolado sob o nº 0191826212. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/03/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 149638915. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/125650604216525474027

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 125650604216525474027-20
Data: 06/04/2021 08:59:36
Valor Total do Ato: R$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALI65628-TONH;
CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular
TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em terça-feira, 6 de abril de 2021 09:03:04 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

continuação

Telefônica

Telefônica Brasil S.A.
Companhia aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015881-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.20	31.12.19	31.12.20	31.12.19
Caixa e equivalentes de caixa	5.517.354	3.106.269	5.762.081	3.393.377
Contas a receber - FIDC	1.975	-	1.975	-
Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos e contraprestação contingente	(13.235.831)	(13.823.967)	(13.238.166)	(13.824.673)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	(5.564)	16.030	(5.564)	16.030
Aplicações financeiras em garantia à dívida	-	13.212	-	13.212
Ativo garantidor da contraprestação contingente	-	494.048	-	494.048
Endividamento líquido	7.722.066	10.204.408	7.480.674	9.918.006
Patrimônio líquido	69.558.764	70.455.578	69.558.764	70.455.578
Índice de endividamento líquido	11,10%	14,48%	10,75%	14,08%

17) Política de gestão de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas a diversos riscos de mercado, como consequência das suas operações comerciais, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros relacionados ao seu endividamento.

17.1) Risco de taxa de câmbio

A Companhia está exposta ao risco cambial associado aos ativos e passivos financeiros denominados em moeda estrangeira, que podem gerar um menor valor a receber ou um maior valor a pagar, de acordo com a variação cambial do período.

Foram contratadas operações de cobertura para minimizar o risco associado à variação cambial de seus ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira. Este saldo sofre alterações diárias devido à dinâmica do negócio, no entanto a Companhia visa cobrir o saldo líquido destes direitos e obrigações (US$3.845 mil, €14.508 mil e £86 mil a pagar em 31 de dezembro de 2020 e US$72.530 mil a receber, €9,74 mil e £110 mil a pagar em 31 de dezembro de 2019, para minimizar seus riscos cambiais.

17.2) Risco de taxa de juros e inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros internas que podem afetar negativamente as despesas financeiras decorrentes da parcela das debêntures referenciadas ao CDI e das posições passivas de instrumentos financeiros derivativos (*hedge* cambial e IPCA) contratados a taxas de juros flutuantes (CDI).

Para reduzir a exposição à taxa de juros variável local (CDI), a Companhia e suas controladas investem o excesso de disponibilidade de R$5.570.106 e R$3.143.209 em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente, principalmente em aplicações financeiras (Certificados de Depósitos Bancários) de curto prazo baseadas na variação do CDI. Os valores conviáveis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem negociáveis a curto prazo.

17.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações.

A Companhia estrutura os vencimentos dos instrumentos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota 20, e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos conforme demonstrado no cronograma de pagamentos divulgado nesta nota, de modo a não afetar a sua liquidez.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é atenuado diariamente por sua área de gestão, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

A seguir apresentamos um sumário do perfil de vencimento dos passivos financeiros consolidados, que incluem os valores de principal e juros futuros até a data dos vencimentos. Para os passivos de taxa fixa, os juros foram calculados com base nos índices estabelecidos em cada contrato. Para os passivos de taxa variável, os juros foram calculados com base na previsão de mercado para cada período.

Em 31.12.20	2021	2022	2023	2024	2025	2026 em diante	Total
Fornecedores	8.813.004	-	-	-	-	-	8.813.004
Empréstimos e financiamentos	63	48	4	-	-	-	115
Arrendamentos	2.262.043	2.270.112	2.118.655	1.551.857	925.972	1.690.339	10.818.778
Debêntures	1.062.237	1.021.647	-	-	-	-	2.083.884
Instrumentos financeiros derivativos	8.864	-	-	-	-	66.116	74.980
Total	13.146.211	3.291.807	2.118.659	1.551.857	925.972	1.756.455	19.590.761

17.4) Risco de crédito

O risco de crédito surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes e das vendas de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados para a rede de distribuidores.

O risco de crédito com as contas a receber é diversificado e minimizado por um controle estrito de base de clientes. A Companhia monitora constantemente o nível de contas a receber de serviços pós-pagos e limitam o risco de contas inadimitas cortando o acesso à linha telefônica se a fatura está vencida. A base de clientes móveis é predominantemente na modalidade pré-pago, a qual requer o carregamento antecipado e, portanto, não representa risco de crédito. São feitas exceções aos serviços de emergência que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

O risco de crédito na venda de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de *credit scoring*, análise de demonstrações e informações financeiras e consulta se bases de dados comerciais, além da solicitação de garantias.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras, de cartas fiança recebidas como garantia de algumas operações e valores a receber de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia e suas controladas atuam controlando o limite de crédito concedido a cada contraparte e diversificando esta exposição entre instituições financeiras de primeira linha, conforme política de crédito de contrapartes financeiras vigente.

17.5) Riscos socioambientais

Nossas operações e propriedades estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que, entre outras coisas, regem licenças e registros ambientais, proteção à fauna e à flora, emissões atmosféricas, gestão de resíduos e remediação de áreas contaminadas, entre outros. Se não conseguirmos cumprir requisitos presentes e futuros, ou identificar e gerenciar contaminações novas ou já existentes, teremos de incorrer em custos significativos, os quais incluem custos de limpeza, indenizações, compensações, remediações, ajustamento de conduta, multas, suspensão das atividades e outras penalidades, investimentos para melhorar nossas instalações ou alterar nossos processos, ou interrupção das operações, além de danos à nossa reputação frente ao mercado. A constatação de condições ambientais atualmente não identificadas, fiscalizações mais rigorosas por parte de agências reguladoras, a entrada em vigor de leis e regulamentos mais severos ou outros eventos não previstos pode vir a ocorrer e, em última análise, resultar em passivos ambientais significativos e seus respectivos custos. A ocorrência de algum dos fatores acima poderia ter um efeito adverso material sobre nosso negócio, o resultado de nossas operações e de nossa situação financeira e patrimonial. De acordo com o artigo 75 da Lei nº 9.605, de 1998, o valor máximo de multa por descumprimento da lei ambiental é de R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Do ponto de vista social, estamos expostos a passivos contingentes em decorrência do fato de nossa estrutura prever a contratação de prestadores de serviços terceirizados. Esses passivos potenciais podem envolver reclamações trabalhistas por parte de funcionários das prestadoras de serviços que, em demandas em face da prestadora de serviços e da Companhia, pedem a condenação da Companhia de forma subsidiária, ou seja, podemos ser compelidos a pagar caso a prestadora não arque com essas obrigações. Existe ainda uma possibilidade mais remota de que esses funcionários sejam tratados como diretos por parte da Companhia, o que geraria o risco de uma condenação solidária ou até mesmo do reconhecimento do vínculo direto do prestador de serviços com a Companhia. As demandas que são de conhecimento da Companhia já estão devidamente provisionadas.

17.6) Seguros

A política da Companhia e suas controladas, bem como do Grupo Telefônica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefônica.

Em 31 de dezembro de 2020, os limites máximos de indenização (estabelecidos conforme os contratos de cada sociedade consolidada pela Companhia) para os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes eram de R$900.000 para riscos operacionais (com lucros cessantes) e R$75.000 para responsabilidade civil geral (RCG).

17.7) Riscos relativos ao setor de telecomunicações no Brasil e a Companhia

O negócio da Companhia está sujeito à ampla regulação, incluindo mudanças que possam ocorrer durante os prazos dos contratos de concessão e das autorizações da Companhia para prestar serviços de telecomunicações no Brasil. A ANATEL, a principal reguladora do setor de telecomunicações no país, regula entre outras coisas: políticas e regulamentação do setor, licenciamento, taxas e tarifas, concorrência, incluindo, a capacidade da Companhia de crescer através da aquisição de outras empresas de telecomunicações, padrões de serviço, técnicos e de qualidade; direitos do consumidor, penalidades e outras sanções interconexão e acordos, e obrigações de serviço universal.

A estrutura de regulamentação das telecomunicações no Brasil está evoluindo continuamente. A interpretação e cumprimento de regulamentos, a avaliação de atendimento de normas e a flexibilidade de autorizações reguladoras estão marcadas pela incerteza. A Companhia opera sob autorizações e uma concessão do governo brasileiro, e a capacidade de manter estas autorizações e concessão é uma pré-condição para o sucesso da Companhia. No entanto, devido à natureza mutável do marco regulatório brasileiro, a Companhia não pode assegurar que a ANATEL não modificará adversamente os termos das autorizações e/ou licenças. De acordo com as autorizações e licenças da Companhia para operar, a Companhia deve cumprir requisitos específicos e a manter um mínimo de qualidade, cobertura e padrões de serviço. Se a Companhia cometer alguma falha em cumprir essas exigências pode resultar na imposição de multas, penalidades ou outras reações regulamentares, incluindo o término das autorizações e concessão para operar. Uma rescisão parcial ou total de qualquer autorizações, licenças e concessões da Companhia para operar teria um efeito adverso substancial sobre nos negócios, condição financeira, receitas, resultados operacionais e perspectivas da Companhia.

Nos últimos anos, a ANATEL tem revisado e introduzido mudanças regulatórias, especialmente com relação a medidas de concorrência assimétricas e taxas de interconexão cobradas entre operadoras locais de serviços de telecomunicações. Medidas de concorrência assimétricas podem incluir regulamentos destinados a reequilibrar os mercados em que um participante de mercado tem poder de mercado desinto sobre outros concorrentes. A adoção de medidas desproporcionalmente assimétricas poderia prejudicar substancialmente os negócios, situação financeira, receitas, resultados operacionais e perspectivas da Companhia.

Com relação a tarifas de interconexão, essas são uma parte importante das bases de receita e custo da Companhia. Essas taxas são cobradas entre os prestadores de serviços de telecomunicações, a fim de permitir o uso interconectado entre elas de suas redes. Na medida em que mudanças nas regras sobre as tarifas de interconexão reduzam o valor das tarifas que a Companhia pode receber ou cobrar, os negócios, condição financeira, receitas, resultados de operações e perspectivas da Companhia poderiam ser afetados de modo adverso.

Portanto, o negócio, os resultados das operações, receitas e condições financeiras da Companhia poderiam ser afetados negativamente pelas ações das autoridades brasileiras, incluindo, particularmente, o seguinte: a introdução de exigências operacionais e/ou de serviço novas ou mais rigorosas; a concessão de licenças de operação em nossas áreas; limitações em tarifas de interconexão que a Companhia possa cobrar de outras prestadoras de serviços de telecomunicações; imposição de multas significativas por falhas no cumprimento de obrigações regulatórias, atrasos na concessão de, ou falta de concessão de, aprovações para aumentos de tarifas e limitações antitruste impostas pela ANATEL e pelo CADE.

17.8) Outros riscos

A Companhia está sujeita ao cumprimento da legislação nacional relacionada ao combate à corrupção, assim como à legislação estrangeira relativa ao mesmo tema nas jurisdições em que atua como emissora de títulos e valores mobiliários. Em particular, a Companhia está sujeita ao cumprimento, no Brasil, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, bem como do *US Foreign Corrupt Act* de 1977, nos Estados Unidos da América.

Apesar de a Companhia possuir políticas e procedimentos internos concebidos para garantir o cumprimento dessas legislações, não é possível assegurar que tais políticas e procedimentos serão suficientes ou que os funcionários, conselheiros, diretores, sócios, estatutários, representantes e prestadores de serviços da Companhia não adotarão algum tipo de ação em violação a tais políticas e procedimentos (ou em violação às legislações voltadas ao combate à corrupção) que possa gerar, em última instância, responsabilidade para eles ou para a Companhia. Violações às legislações voltadas ao combate à corrupção podem ocasionar penalidades financeiras, danos à reputação da Companhia ou outras consequências legais que podem afetar negativamente as atividades da Companhia, os resultados de suas operações ou sua condição financeira.

A Companhia desenvolve e implementa iniciativas para assegurar a melhoria contínua de seu programa de *compliance*, por meio de uma estrutura organizacional e de governança que garante uma atuação pautada na ética, transparência e respeito às leis e regulamentos aplicáveis.

17.9) Potencial impacto da pandemia do Coronavírus (COVID-19)

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde ("OMS") declarou o surto de Coronavírus ("COVID-19"), pandemia que impactou negativamente a economia global, interrompeu as cadeias de suprimentos globais, criou significativa volatilidade e perturbação nos mercados financeiros e resultou em uma desaceleração econômica. O surto e a rápida disseminação da COVID-19 resultaram em uma redução substancial das atividades comerciais em todo o mundo e estão causando o enfraquecimento das condições econômicas, tanto no Brasil quanto no exterior.

Como parte dos esforços para conter a disseminação da COVID-19, durante um período, os governos federais, estaduais e municipais impuseram várias restrições à condução de negócios e viagens. Restrições governamentais, como pedidos de estadia em casa, quarentena e absenteísmo dos trabalhadores, levaram a um número significativo de fechamentos e desacelerações de negócios. Tais restrições impactaram de forma adversa a Companhia e alguns de seus clientes e fornecedores, os quais operaram durante um período com uma fração de suas capacidades ou paralisaram totalmente suas operações, o que prejudicou as vendas da Companhia.

À medida que os avanços em torno da pandemia da COVID-19 continuaram a ocorrer durante o ano de 2020, o foco principal da Companhia foi e continuará sendo a saúde, segurança e bem-estar de seus colaboradores, clientes e fornecedores. Para continuar suas operações, conforme permitido pelos respectivos governos federais, estaduais e municipais, a Companhia adotou inúmeras medidas de segurança, a fim de proteger seus colaboradores, clientes e fornecedores. Essas medidas incluem, entre outras, a adesão a protocolos de distanciamento social, permitindo que a maioria de seus colaboradores trabalhe em casa, suspendendo viagens não essenciais, desinfetando regularmente os espaços de trabalho extensiva e frequentemente, suspendendo visitantes não essenciais e exigindo a utilização de máscaras faciais para os colaboradores que precisam estar presentes nas instalações da Companhia. A Companhia espera continuar com essas medidas de segurança e poderá tomar outras ações ou adaptar as suas políticas, conforme as exigências e orientações das autoridades governamentais ou de acordo com o melhor interesse de seus colaboradores, clientes e fornecedores.

As medidas impostas pelos governos federais, estaduais e municipais, resultando em uma redução substancial das atividades comerciais, geralmente excluíam certas empresas e serviços essenciais, a exemplo dos serviços de telecomunicações. Isso permitiu à Companhia a continuar prestando seus principais serviços de forma ininterrupta.

Como resultado da desaceleração econômica global causada pela pandemia da COVID-19, a Companhia experimentou uma demanda reduzida e, por consequência, alguns impactos nos negócios e resultados. O prolongamento dessa situação pode ter um efeito adverso significativo nas economias e nos mercados financeiros globais, bem como nos negócios, resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

Os possíveis efeitos nos negócios da Companhia dependerão da extensão da pandemia da COVID-19, em que pese algumas vacinas já terem sido desenvolvidas em outros países e em fase de aprovação no Brasil.

Dessa forma, a Companhia pode não ser capaz de prever com precisão os impactos no negócio, pois dependerá da evolução dos seguintes fatores:

- A duração e o escopo da pandemia;
- Ações governamentais, empresariais e individuais que foram e continuam sendo tomadas em resposta à pandemia;
- O impacto da pandemia na atividade econômica e ações tomadas em resposta;
- O tempo que levará para a atividade econômica retornar aos níveis anteriores;
- O efeito sobre os clientes da Companhia e a demanda por seus produtos e serviços;
- Capacidade da Companhia de continuar vendendo seus produtos e serviços, inclusive com pessoas que trabalham em casa;
- Capacidade dos clientes da Companhia de pagar por seus produtos e serviços; e
- Quaisquer fechamentos das instalações da Companhia e das instalações de seus clientes e fornecedores.

Dentre os principais impactos decorrentes da COVID-19, destacamos:

- Fechamento total das lojas no final de março de 2020, com reabertura gradual. Atualmente, todas as lojas já retomaram as atividades;
- A Companhia ofereceu a seus clientes a possibilidade de se efetuar parcelamentos com pagamentos em até 10 parcelas, livres de multas e juros;
- A Companhia efetuou antecipação de recebíveis dos fornecedores no segundo e terceiro trimestres de 2020, de aproximadamente R$2 bilhões, como forma de apoio e suporte ao caixa dessas empresas para manutenção de suas atividades produtivas;
- Em função da adesão à Medida Provisória 936/2020 (MP nº 936), durante os meses de maio a dezembro de 2020, os colaboradores da Companhia receberam, diretamente da União, o benefício emergencial estimado em R$34,5 milhões;
- Avaliação das matrizes das provisões para perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber e de estoques; e
- Em função da adesão à Medida Provisória 952/2020 (MP nº 952), foi prorrogado para agosto de 2020 o prazo para pagamento da taxa Fistel, que tinha o vencimento em março de 2020. Em agosto de 2020, a Companhia efetuou o pagamento no montante de R$418,5MM.

32. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

a) Reconciliação das atividades de financiamento dos fluxos de caixa

A seguir apresentamos a reconciliação das atividades de financiamento dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

	Consolidado								
		Fluxos de caixa nas atividades de financiamento	Fluxos de caixa nas atividades operacionais	Atividades de financiamento que não envolvem caixa e equivalentes de caixa					
	Saldos em 31.12.19	Liquidações	Liquidações	Encargos financeiros e atualizações monetárias e cambiais	Custos e despesas incorridas	Ingressos de arrendamentos e financiamento a fornecedores	Deliberações e prescrições relacionadas a remunerações a acionistas	Saldos em 31.12.20
Dividendos e juros sobre o capital próprio	3.587.417	(5.259.367)	-	-	-	-	5.537.948	3.865.998
Empréstimos e financiamentos	1.045.124	(1.018.674)	(49.675)	28.499	-	370.538	-	375.812
Arrendamentos	9.191.151	(2.909.214)	(502.537)	210.836	-	4.828.542	-	10.818.778
Debentures	3.104.350	(1.025.583)	(123.202)	89.011	-	-	-	2.044.576
Instrumentos financeiros derivativos	(16.030)	15.186	-	6.408	-	-	-	5.564
Contraprestação contingente	494.048	(344.217)	(105.678)	6.555	(40.708)	-	-	-
Total	17.396.060	(10.541.869)	(781.092)	341.309	(40.708)	5.199.080	5.537.948	17.110.729

continua

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 24 de fevereiro de 2021 às 00:42:17

Certifico o registro sob o nº 138.172/21-3 em 12/03/2021 da empresa TELEFONICA BRASIL S.A., NIRE nº 35300158814, protocolado sob o nº 0191826212. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/03/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 149638915. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/125650604216525474027

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 125650604216525474027-21
Data: 06/04/2021 08:59:36
Valor Total do Ato: R$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALI65629-98KS;
CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular
TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em terça-feira, 6 de abril de 2021 09:03:04 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

continuação

Telefônica

Telefônica Brasil S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE nº 35.300.158.944

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Consolidado

	Saldos em 31.12.18	Fluxos de caixa nas atividades de financiamento: Liquidações	Fluxos de caixa nas atividades operacionais: Liquidações	Encargos financeiros e atualizações monetárias e cambiais	Atividades de financiamento que não envolvam caixa e equivalentes de caixa: Ingressos de arrendamentos e financiamento a fornecedores	Adoção inicial de IFRS 16	Deliberações e prescrições relacionados a remunerações a acionistas	Saldos em 31.12.19
Dividendos e juros sobre o capital próprio	4.172.918	(6.178.942)	-	-	-	-	5.591.343	3.587.417
Empréstimos e financiamentos	2.108.814	(2.070.665)	(129.974)	171.636	967.313	-	-	1.045.124
Arrendamentos	393.027	(1.559.165)	(415.496)	350.772	1.803.941	8.618.072	-	9.191.151
Debêntures	3.173.910	(66.830)	(201.516)	198.786	-	-	-	3.104.350
Instrumentos financeiros derivativos	(56.150)	91.543	26.234	(77.657)	-	-	-	(16.030)
Contraprestação contingente	485.688	-	-	18.362	-	-	-	484.048
Total	10.256.203	(9.781.959)	(720.752)	661.699	2.771.254	8.618.072	5.591.343	17.396.060

b) Principais transações que não envolvem caixa e equivalentes de caixa

A seguir, apresentamos as principais transações que não envolvem caixa da Companhia referem-se à aquisição de ativos por meio de arrendamentos e ingressos de financiamentos com fornecedores.

	Consolidado 31.12.20	31.12.19
Adoção inicial da IFRS 16 em 01.01.19	-	8.618.072
Ingressos de financiamentos com fornecedores	370.538	967.313
Aquisição de ativos por meio de arrendamentos	4.828.542	1.803.941
Total	5.199.080	11.389.326

33. COMPROMISSOS CONTRATUAIS

A Companhia e suas controladas possuem compromissos contratuais não reconhecidos, decorrentes da compra de bens e serviços, que vencem em diversas datas, cujos pagamentos são mensais.

Em 31 de dezembro de 2020, os valores nominais totais, equivalentes ao período integral dos contratos, eram:

	Consolidado
2021	1.429.424
2022	1.319.222
2023	1.296.793
2024	540.585
2025	388.329
2026 em diante	873.058
Total	5.847.411

34. RESULTADO DO LEILÃO DE ATIVOS MÓVEIS DO GRUPO OI

Em 14 de dezembro de 2020, a Companhia, na forma e para os fins da Instrução CVM nº 358/2002 ("ICVM 358"), conforme alterada, em continuidade aos Fatos Relevantes divulgados em 10 de março de 2020, 18 de julho de 2020, 27 de julho de 2020, 7 de agosto de 2020 e 7 de setembro de 2020, informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que a oferta por ela efetuada em conjunto com a TIM S.A. e a Claro S.A. (a Companhia, em conjunto com a TIM S.A. e a Claro S.A., as "Compradoras"), foi declarada vencedora do procedimento competitivo de alienação dos ativos da operação de telefonia móvel - Serviço Móvel Pessoal do Grupo Oi ("UPI Ativos Móveis"), em leilão ocorrido nesta mesma data na 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro. O Juízo da Recuperação Judicial homologou a proposta das Compradoras como vencedora do leilão, após as manifestações favoráveis do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e do Administrador Judicial.

O valor total ofertado foi de R$16.500.000, sendo: R$15.744.000 correspondentes ao preço base da oferta ("Preço Base") e R$756.000 referem-se a serviços de transição a serem prestados por até 12 (doze meses) pelo Grupo Oi para as Compradoras ("Serviços de Transição"), além da contrapartida pelo contrato de capacidade de transmissão de dados na modalidade *take-or-pay*, cujo VPL corresponde a R$819.000.

Sujeito aos termos, condições e cronograma de pagamento estabelecidos no Contrato de Compra e Venda de Ações SPE Ativos Móveis, cuja minuta constitui o Anexo 5.3.9.1 do Aditamento ao Plano Original e ao ANEXO I do Edital de alienação judicial da UPI Ativos Móveis ("Contrato"), o Preço Base e o valor pelos Serviços de Transição serão pagos no momento da efetivação da operação ("Fechamento"), data da celebração dos contratos de Serviços de Transição. O contrato de capacidade de transmissão de dados será também firmado na data do Fechamento, sendo seu pagamento efetuado nos termos e condições do respectivo documento.

Caberá à Companhia o desembolso de um valor correspondente a 33% do Preço Base e Serviços de Transição, equivalente a aproximadamente R$5,5 bilhões. No que se refere ao contrato de capacidade de transmissão de dados e considerando suas características específicas e necessidades da Companhia, o valor total trazido a valor presente a ser por ela dispendido será de aproximadamente R$179 milhões ou 22% do VPL do contrato.

Sujeito à continuidade das condições atuais de mercado e aprovações internas necessárias, assim como, considerando a robustez dos seus parâmetros financeiros e sua forte geração de caixa, a Companhia pretende utilizar seus próprios recursos para financiar a transação.

Os ativos que formam a UPI Ativos Móveis serão, nos termos do Contrato, segregados por meio de um plano de segregação a aprovados pelo Grupo Oi em três distintas sociedades de propósito específico ("SPE"), de modo que à Companhia adquirirá a totalidade das ações de uma SPE detentora dos ativos que a ela couber de acordo com o aludido plano de segregação, isolada e independente das demais SPEs.

Caberá à Companhia o conjunto de ativos que formam a UPI Ativos Móveis composto de:

- Clientes: aproximadamente 10,5 milhões (correspondendo a aproximadamente 29% da base total de clientes da UPI Ativos Móveis), de acordo com a base de acessos da ANATEL de Abril/20. A alocação de clientes entre as Compradoras considerou critérios que privilegiam a competição entre as operadoras presentes no mercado brasileiro;
- Espectro: 40MHz como média nacional ponderada pela população (46% das radiofrequências da UPI Ativos Móveis). A divisão de frequências entre as Compradoras respeita estritamente os limites de espectro por grupo estabelecidos pela ANATEL; e
- Infraestrutura: contratos de uso de 2,7 mil *sites* de acesso móvel (correspondendo a 19% do total de *sites* da UPI Ativos Móveis).

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças entre Oi Móvel S.A. e a Companhia, Tim S.A. e Claro S.A.

Em 29 de janeiro de 2021, a Companhia, na forma e para os fins da Instrução CVM nº 358/2002 ("ICVM 358"), conforme alterada, em continuidade aos Fatos Relevantes mencionados na nota 34, informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em 28 de janeiro de 2021, que foi celebrado Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Contrato"), por e entre Oi Móvel S.A. - Em Recuperação Judicial, na qualidade de Vendedora; a Companhia, Tim S.A. e Claro S.A., na qualidade de Compradoras e a Oi S.A. - Em Recuperação Judicial e Telemar Norte Leste S.A. - Em Recuperação Judicial, na qualidade de intervenientes-anuentes e garantidoras das obrigações da Vendedora. O Contrato foi assinado em decorrência do resultado do procedimento competitivo de alienação dos ativos da operação de telefonia móvel - Serviço Móvel Pessoal do Grupo Oi ("UPI Ativos Móveis"), em leilão judicial ocorrido em 14 de dezembro de 2020 em que a Companhia e as demais compradoras foram declaradas vencedoras.

A efetivação da aquisição pelas Compradoras da UPI Ativos Móveis deverá ocorrer conforme plano de segregação de tais ativos, de modo que cada uma das Compradoras adquirirá ações de uma SPE contendo sua parte dos ativos da UPI Ativos Móveis. A efetivação da aquisição também está sujeita a determinadas condições precedentes usualmente aplicáveis a este tipo de transação e previstas no Contrato, dentre as quais a anuência prévia da ANATEL e aprovação pelo CADE, bem como, se aplicável, a submissão da assembleia geral de acionistas da Companhia, nos termos do artigo 256 da Lei das S.A., caso em que informações adicionais serão divulgadas oportunamente.

Esta transação, a partir de sua concretização, trará benefícios aos acionistas da Companhia através de geração de receitas e eficiências em virtude de sinergias operacionais, bem como aos seus clientes, em decorrência do compromisso da Companhia com a excelência na qualidade do serviço prestado e, finalmente, ao setor como um todo em razão do reforço na capacidade de realizar investimentos e criar inovações tecnológicas de maneira sustentável, contribuindo para a digitalização do país. A aquisição pela Companhia de parcela da UPI Ativos Móveis representa mais um importante passo no propósito da Companhia, de digitalizar para aproximar.

b) Crédito de juros sobre o capital próprio

Em reunião realizada em 12 de fevereiro de 2021, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, *ad referendum* da Assembleia Geral de Acionistas a ser realizada em 2022, o crédito de juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício social de 2021, nos termos do artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, do artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e da Deliberação CVM nº 683/12, no montante bruto de R$150.000, equivalente a 0,0888958069 7 por ação ordinária, correspondendo a um valor líquido de imposto de renda na fonte de R$127.500, equivalente a 0,0755812659 2 por ação ordinária, apurados com base no balanço patrimonial de 31 de janeiro de 2021.

O valor de juros sobre o capital próprio por ação ordinária informado acima poderá sofrer ajustes futuros até 26 de fevereiro de 2021, em função de eventuais aquisições de ações no âmbito do Programa de Recompra de Ações da Companhia.

O pagamento destes proventos será realizado até 31 de julho de 2022, em data a ser definida pela Diretoria da Companhia e comunicada oportunamente ao mercado, sendo creditados individualmente aos acionistas, obedecida a posição acionária constante dos registros da Companhia ao final do dia 26 de fevereiro de 2021.

DIRETORIA

Christian Mesiad Gebara
Diretor Presidente

David Melcon Sanchez-Friera
Diretor de Finanças e Relações com investidores

Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira
Secretário Geral e Diretor Jurídico

Carlos Cesar Mazur
Contador - CRC - 1PR-028067

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia" ou "Telefônica Brasil"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2020"), bem como da Proposta de Destinação do Resultado do exercício social de 2020 e, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Telefônica Brasil e pela PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, favoravelmente a tais documentos e recomendam a sua submissão à Assembleia Geral Ordinária da Telefônica Brasil, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2021.

Gabriela Soares Pederclni
Conselheira Fiscal (efetiva)

Cremênio Medola Netto
Conselheiro Fiscal (efetivo)

Charles Edwards Allen
Conselheiro Fiscal (efetivo)

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia" ou "Telefônica Brasil"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações e no seu Estatuto Social, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2020"), bem como da Proposta de Destinação do Resultado do exercício social de 2020 e, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Telefônica Brasil, pela PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes e parecer favorável dos Conselheiros Fiscais e dos membros do Comitê de Auditoria e Controle, opinam, por unanimidade, favoravelmente a tais documentos, e determinam o seu encaminhamento para aprovação da Assembleia Geral Ordinária da Telefônica Brasil, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2021.

Eduardo Navarro de Carvalho
Presidente do Conselho de Administração

Julio Esteban Linares Lopez
Conselheiro de Administração
(representado por Eduardo Navarro de Carvalho por delegação de voto)

Ana Theresa Masetti Borsari
Conselheira de Administração
(representada por Eduardo Navarro de Carvalho por delegação de voto)

Antonio Carlos Valente da Silva
Conselheiro de Administração

José María Del Rey Osorio
Conselheiro de Administração

Juan Carlos Ros Brugueras
Conselheiro de Administração

Luiz Fernando Furlan
Conselheiro de Administração

Francisco Javier de Paz Mancho
Conselheiro de Administração
(representado por Eduardo Navarro de Carvalho por delegação de voto)

Christian Mesiad Gebara
Conselheiro de Administração

Sonia Julia Sulzbeck Villalobos
Conselheira de Administração

Claudia Maria Costin
Conselheira de Administração

Marcia Serra Serra
Conselheiro de Administração

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA E CONTROLE

Os membros do Comitê de Auditoria e Controle da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia" ou "Telefônica Brasil"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2020"), bem como da Proposta de Destinação do Resultado do exercício social de 2020 e, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Telefônica Brasil e pela PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, favoravelmente a tais documentos e recomendam a sua aprovação pelo Conselho de Administração da Telefônica Brasil e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2021.

José María Del Rey Osorio
Presidente do Comitê de Auditoria e Controle

Julio Esteban Linares Lopez
Membro do Comitê de Auditoria e Controle

Juan Carlos Ros Brugueras
Membro do Comitê de Auditoria e Controle

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Telefônica Brasil S.A.
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Telefônica Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Telefônica Brasil S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Telefônica Brasil S.A. e da Telefônica Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

continua

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 24 de fevereiro de 2021 às 00:42:17

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 138.172/21-3 em 12/03/2021 da empresa TELEFONICA BRASIL S.A., NIRE nº 35300158814, protocolado sob o nº 0191826212. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/03/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 149638915. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/125650604216525474027

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 125650604216525474027-22
Data: 06/04/2021 08:59:36
Valor Total do Ato: R$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALI65630-60C2;

CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular
TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em terça-feira, 6 de abril de 2021 09:03:04 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

continuação

Telefônica

Telefônica Brasil S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62 - NIRE 35.3.0015881-4

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria
Principais Assuntos de Auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.
Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas não apresentaram mudanças significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, assim como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do ano anterior, exceto pela inclusão do PAA sobre o teste de *impairment* do ágio, que mereceu maior foco em nossa auditoria e pela exclusão do PAA sobre a adoção inicial do CPC 06(R2)/IFRS 16, pois julgamos que, entre os assuntos comunicados aos responsáveis pela governança, esse não foi considerado como um dos mais significativos na auditoria do exercício corrente.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisão para contingências tributárias e regulatórias	
De acordo com as Notas 7(g) e 19 as demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos relativos a assuntos nas áreas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios. Relativamente às áreas tributária e regulatória, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas tinham assuntos em discussão em diversas esferas, nos montantes de R$ 48.137.228 mil e de R$ 6.825.137 mil, respectivamente, dos quais R$ 1.895.504 mil e R$ 1.207.331 mil, respectivamente, encontravam-se provisionados por apresentarem prognóstico de perda provável, como avaliado por sua administração a partir de posição de seus assessores jurídicos. Considerando a complexidade do ambiente tributário e regulatório, a relevância dos valores envolvidos e a necessidade de julgamento crítico em relação à probabilidade de perda nas mencionadas discussões, qualquer mudança de prognóstico e/ou julgamento pode trazer impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Por essas razões, a avaliação, mensuração e divulgação dessas contingências foi mantida como área de foco em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) Atualização de nosso entendimento e avaliação dos controles internos relevantes relacionados ao processo de identificação, mensuração, registro e divulgação de contingências. (b) Para as posições tributárias relacionadas a tributos sobre o lucro, nos reunimos com a administração para entender e avaliar os controles internos relacionados a identificação e monitoramento dos tratamentos fiscais incertos e mensuração e reconhecimento da obrigação, quando aplicável. (c) Obtenção de confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia para os processos tributários e regulatórios em andamento, bem como a respectiva avaliação pela administração dos valores e as probabilidades de perda. (d) Seleção, em base amostral, de processos tributários e regulatórios relevantes, para a avaliação de nossos especialistas quanto a razoabilidade dos prognósticos de perda, argumentos e/ou teses de defesa. (e) Reunião com a administração e com os encarregados pela governança para discutir e avaliar, quando aplicável, as conclusões obtidas pela Companhia para as contingências mais relevantes. (f) Leitura da adequação das divulgações apresentadas em nota explicativa. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação das provisões, bem como as divulgações efetuadas, estão consistentes com as posições dos assessores jurídicos.
Reconhecimento de receita	
Conforme descrito na Nota 24 às demonstrações financeiras, a receita reconhecida pela Companhia e suas controladas foi de R$ 43.126.472 mil em 31 de dezembro de 2020, decorrente de vários produtos vendidos e serviços de telecomunicações prestados. O processo de reconhecimento de receita da Companhia é complexo, devido ao grande volume de transações e ampla gama de mercadorias/serviços que podem ser vendidos/prestados de forma separada ou agregada, em condições comerciais distintas. Além disso, há dependência significativa dos sistemas de informação e estrutura tecnológica, que inclui um grande número de aplicativos e sistemas. Adicionalmente, o processo de reconhecimento de receita ao final de cada período considera determinados cálculos para mensuração da receita incorrida e ainda não faturada ao final do período. Eventual distorção nos referidos cálculos pode impactar de forma relevante as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Por essas razões, consideramos essa área como foco de nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) Atualização de nosso entendimento e testes dos controles internos relevantes relacionados ao processo de receita, incluindo os sistemas relevantes de Tecnologia da Informação ("TI"), execução de testes relacionados com a segurança da informação, gestão de acessos privilegiados e segregação de função com impacto sobre as demonstrações financeiras. (b) Testes de transações de receitas de vendas de serviços e mercadorias, em base amostral, inspecionando a correspondente documentação suporte. (c) Entendimento dos critérios adotados pela administração da Companhia e suas controladas para mensuração da receita incorrida e ainda não faturada no final do exercício. (d) Recálculo da estimativa da receita incorrida e ainda não faturada no final do exercício, bem como comparação dessa estimativa com a receita efetivamente faturada no mês subsequente após o fechamento. (e) Leitura das divulgações apresentadas em Nota Explicativa. Como resultado da aplicação de nossos procedimentos, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela administração, proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.
Teste de *impairment* do ágio	
Conforme descrito na Nota 13 às demonstrações financeiras, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível, ágio no valor de R$ 23.026.429 mil em 31 de dezembro de 2020, fundamentado em expectativa de rentabilidade futura, decorrente de combinações de negócios ocorridas em anos anteriores. A administração realiza ao menos uma vez por ano o teste de recuperação do ágio e da unidade geradora de caixa ("UGC") a qual o ágio foi alocado. A administração determinou o valor recuperável de sua única UGC pela abordagem do valor em uso, calculado com base na metodologia do fluxo de caixa descontado. As projeções de caixa incluem dados e premissas que envolvem julgamentos significativos por parte da administração, tais como crescimento de receita, taxa de desconto e taxa de crescimento na perpetuidade. Este assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria tendo em vista a relevância do saldo do ágio, bem como o fato de que variações nas principais premissas utilizadas podem impactar significativamente os fluxos de caixa projetados e o valor recuperável do ágio, com o consequente impacto nas demonstrações financeiras.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação e teste dos controles internos relevantes relacionados com o processo de mensuração do valor recuperável da UGC a qual o ágio foi alocado. Com o apoio de nossos especialistas em avaliação de ativos, analisamos a razoabilidade do modelo de cálculo utilizado pela administração para preparar as projeções e das principais premissas utilizadas, como crescimento de receita, taxa de desconto e taxa de crescimento na perpetuidade, comparando-as, quando disponíveis, com dados de mercado. Testamos a coerência lógica e consistência aritmética do modelo preparado pela Companhia, bem como confrontamos as principais premissas das projeções de caixa com orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. Efetuamos, também, análise de sensibilidade das principais premissas para avaliar situações em que as variações resultariam em eventual necessidade de registro de *impairment*. Por fim, efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas notas explicativas. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração da Companhia na avaliação do valor recuperável para fins do teste de *impairment* do ágio são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos
Demonstrações do Valor Adicionado
As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluindo as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2021

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Sérgio Eduardo Zamora
Contador CRC 1SP166728/O-4

Elimar S/A - Máquinas Agrícolas
CNPJ 50.930.999/0001-46 - NIRE 3530016742
Convocação para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
A diretora presidente Sra. **Luciane Godoy Mello**, nos termos dos Artigos 133, §3º, a da Lei 6.404/76, convoca nesse ato todos os seus sócios, para comparecerem à AGOE que será realizada, em 2ª chamada, no dia 01/03/2021, às 15:30 horas, na Rua Francisco Dal Santo, 135, Jundiaí/SP, para deliberar sobre Tomada das contas dos administradores, exame, discussão e aprovação do balanço patrimonial e das demonstrações financeiras relativas ao período compreendido desde 18/10/2017 até o exercício social findo em 31/12/2019, bem como a retratificação da ata da assembleia geral ordinária realizada em 17/08/2019, que reprovou as contas referentes à administração compreendida no período de 26/12/1994 a 31/12/2016.

Despacho
001/0708/00
Ratifico e ho
com a empre
USD 175,0
Processo: 0
Adaptador pa
e homologo
empresa ZO
pelo valor de

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – JUCESP
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NUMERO
138.172/21-3
GISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL

JUCESP
12 MAR 2021
SEDE

Butantan
5/0001-56
DE PREÇOS
de 18.02.2021. Processo:
ção de Frasco-Ampola Incolor
Nominal de 12,0 ML e Boca de
e homologo a Coleta de Preços,
JA, no valor de R$ 71.465,03.
de 18.02.2021. Processo:
Teste de
ngo a Co
JN, no va

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

quarta-feira, 24 de fevereiro de 2021 às 00:42:17

Certifico o registro sob o nº 138.172/21-3 em 12/03/2021 da empresa TELEFONICA BRASIL S.A., NIRE nº 35300158814, protocolado sob o nº 0191826212. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/03/2021 por GISELA SIMIEMA CESCHIN – Secretária Geral. Autenticação: 149638915. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/125650604216525474027

CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 125650604216525474027-23
Data: 06/04/2021 08:59:36
Valor Total do Ato: R$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALI65631-F1WF;
CNJ: 06.870-0
Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
https://azevedobastos.not.br
Válber Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular
TJPB

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em terça-feira, 6 de abril de 2021 09:03:04 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVÊDO BASTOS
FUNDADO EM 1888
PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
http://www.azevedobastos.not.br
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br

DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela da Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa TELEFONICA BRASIL S.A. tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa TELEFONICA BRASIL S.A. a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a TELEFONICA BRASIL S.A. assumiu, nos termos do artigo 8°, §1°, do Decreto n° 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3°, inciso X, da Lei Federal n° 13.874/2019 e o artigo 2°-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7°, da Lei Federal n° 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital[1] ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **07/04/2021 08:48:07 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa TELEFONICA BRASIL S.A. ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site https://autdigital.azevedobastos.not.br e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é valida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

[1]Código de Autenticação Digital: 125650604216525474027-1 a 125650604216525474027-23
[2]Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ N° 003/2014 e Provimento CNJ N° 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b46a3079332ecf9ce43b925b3dc0dcf6874a43f90367f59619d8a23dfd4a65ddabf6f3cad5118ed63364995300d8ea87203be645beeedece0dae5d302675f1609

Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

ICP Brasil